

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB  
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

- 1 – DELIBERAÇÃO DA MESA**
- 2 – ATAS**
  - 2.1 – 84ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
  - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
  - 3.1 – Plenário
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – PRONUNCIAMENTOS**
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 7 – ERRATAS**



## DELIBERAÇÃO DA MESA

### DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.711/2019

Altera a Deliberação da Mesa nº 2.705, de 23 de abril de 2019, que dispõe sobre o comparecimento quadrimestral dos secretários de Estado, dirigentes das entidades da administração indireta e titulares de órgãos diretamente subordinados ao governador do Estado às comissões da Assembleia Legislativa para prestarem informações sobre a gestão das respectivas secretarias, entidades e órgãos, conforme disposto no art. 54 da Constituição do Estado.

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, combinado com o art. 79, I, do Regimento Interno,

DELIBERA:

Art. 1º – O *caput* do art. 1º, os §§ 1º e 2º do art. 3º, o *caput* do art. 7º, o *caput* e o § 2º do art. 8º e o § 2º do art. 9º da Deliberação da Mesa nº 2.705, de 23 de abril de 2019, passam a vigorar com a seguinte redação, ficando o art. 3º acrescido dos §§ 3º, 4º e 5º, o art. 7º acrescido do parágrafo único e o art. 8º acrescido dos §§ 4º e 5º que se seguem:

“Art. 1º – O comparecimento quadrimestral das autoridades estaduais para prestar informações sobre a gestão das respectivas secretarias, entidades e órgãos, nos termos do art. 54 da Constituição do Estado, dar-se-á em reuniões especiais das comissões da Assembleia Legislativa, nos termos do art. 122, III, do Regimento Interno.

(...)

Art. 3º – (...)

§ 1º – A autoridade estadual prestará informações à comissão cuja competência abranja, de forma preponderante, as atribuições da respectiva secretaria, entidade ou órgão.

§ 2º – Nos casos em que as atribuições da secretaria, entidade ou órgão correspondam, de forma equitativa, às competências de mais de uma comissão, a autoridade estadual prestará informações a essas comissões em reunião conjunta.

§ 3º – A comissão cuja competência tenha pertinência temática com as atribuições da secretaria, entidade ou órgão, mas não se enquadre nas hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º, poderá participar da reunião na condição de convidada.

§ 4º – Os trabalhos da reunião conjunta a que se refere o § 2º serão dirigidos alternadamente pelos presidentes das comissões integrantes, a cada quadrimestre, observada a ordem decrescente de idade.

§ 5º – A alternância prevista no § 4º será reiniciada a cada biênio, coincidindo com o mandato da Mesa da Assembleia.

(...)

Art. 7º – Iniciada a reunião especial, cada autoridade estadual disporá de trinta minutos, prorrogáveis por mais quinze, para fazer sua exposição inicial.

Parágrafo único – Na hipótese de haver mais de uma autoridade estadual, o prazo de exposição inicial será limitado a noventa minutos, distribuindo-se proporcionalmente o tempo para cada autoridade.

Art. 8º – Encerrada a exposição a que se refere o art. 7º, o deputado que tenha se inscrito previamente disporá de três minutos para interpelação, observada a seguinte ordem:

I – presidente da reunião;

II – presidentes das comissões integrantes das reuniões conjuntas e presidentes das comissões convidadas, por ordem de inscrição;

III – membro da comissão, membros das comissões integrantes das reuniões conjuntas e membros das comissões convidadas, por ordem de inscrição;

IV – líderes, por ordem de inscrição;

V – membros da Mesa, por ordem de inscrição;

VI – demais parlamentares, por ordem de inscrição.

(...)

§ 2º – Após cada interpelação, a autoridade estadual disporá de cinco minutos para sua resposta, e, na sequência, o deputado disporá de dois minutos para suas considerações, ficando vedada a exposição de novo assunto.

(...)

§ 4º – Não se aplica o disposto no art. 117 do Regimento Interno à ordem de interpelação prevista no *caput*.

§ 5º – A ordem de interpelação prevista no *caput* não abrangerá os parlamentares inscritos após o encerramento da exposição da autoridade estadual, aplicando-se, nesse caso, a ordem de inscrição.

Art. 9º – (...)

§ 2º – Na hipótese de reunião conjunta ou com comissões convidadas, cada comissão participante encaminhará ao presidente da reunião as eventuais recomendações que comporão o relatório da reunião. ”.

Art. 2º – Fica revogado o § 1º do art. 9º da Deliberação da Mesa nº 2.705, de 2019.

Art. 3º – Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia Legislativa, 18 de setembro de 2019.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.



ATAS

**ATA DA 84ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 18/9/2019****Presidência do Deputado Cristiano Silveira**

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Mensagens n°s 40 a 42/2019 (encaminhando os Projeto de Lei n°s 1.125 a 1.127/2019, respectivamente), do governador do Estado; ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n°s 1.021, 1.123 e 1.024/2019; Requerimentos n°s 2.837 a 2.873 e 2.875 a 2.886/2019; Requerimentos Ordinários n°s 641 e 678/2019 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Administração Pública e de Assuntos Municipais – Questões de Ordem – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Bosco, Coronel Sandro e Sargento Rodrigues, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Raul Belém – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Designação de Comissões: Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n° 41/2019 – Decisão da Presidência – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimentos Ordinários n°s 678 e 641/2019; deferimento – Questões de Ordem – Encerramento – Ordem do Dia.

**Comparecimento**

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Carlos Henrique – Arlen Santiago – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Repórter Rafael Martins – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Reis.

**Abertura**

O presidente (deputado Cristiano Silveira) – Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

**1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Elismar Prado, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

**Correspondência**

– A deputada Marília Campos, 1ª-secretária *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

**MENSAGEM Nº 40/2019**

Belo Horizonte, 18 de setembro de 2019.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Com meus cordiais cumprimentos, encaminho a Vossa Excelência, para apreciação e deliberação dessa egrégia Assembleia, projeto de lei que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais – TJMMG.

Informo que a abertura de crédito suplementar ao orçamento do TJMMG demanda edição de lei, o que motiva o envio deste projeto.

O crédito suplementar ao orçamento do TJMMG destina-se ao pagamento de pessoal e encargos sociais.

O projeto especifica a fonte de recursos e também solicita autorização para a realização de remanejamentos orçamentários de modo a efetivar a suplementação de crédito.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor o projeto de lei.

Na oportunidade, reitero meu apreço e consideração a Vossa Excelência e à Assembleia Legislativa.

Romeu Zema Neto, Governador do Estado.

**PROJETO DE LEI Nº 1.125/2019**

Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais – TJMMG –, até o limite de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), para atender a despesas de Pessoal e Encargos Sociais.

Art. 2º – Para atender ao disposto no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da receita de Recursos para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS.

Art. 3º – Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar, em favor da unidade orçamentária Encargos Gerais do Estado – Secretaria de Estado de Fazenda – Encargos Diversos – EGE-SEF, dotações orçamentárias do Tribunal de Justiça Militar:

I – do grupo de despesas de Pessoal e Encargos Sociais da fonte de Recursos Ordinários, até o valor de R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais);

II – do grupo de Outras Despesas Correntes da fonte de Recursos Ordinários e procedência de Recursos Recebidos para Auxílios Doença, Funeral, Alimentação, Transporte e Fardamento, até o valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais).

Art. 4º – A aplicação desta lei observará o disposto no art. 169 da Constituição da República e as normas pertinentes da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

– À Comissão de Fiscalização Financeira para os fins do art. 204 do Regimento Interno.

**MENSAGEM Nº 41/2019**

Belo Horizonte, 18 de setembro de 2019.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Com meus cordiais cumprimentos, encaminho a Vossa Excelência, para apreciação e deliberação dessa egrégia Assembleia, projeto de lei que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

A Lei Orçamentária Anual, para o exercício vigente, não contém dispositivo que autorize o Poder Executivo a abrir crédito suplementar ao orçamento da Defensoria Pública, medida que só se torna viável mediante proposta legislativa, que ora se cumpre.

O crédito suplementar destina-se a cobrir despesas de Pessoal Inativo e Pensionistas, utilizando como origem de recursos o excesso de arrecadação da receita de Contribuição Patronal para o Fundo Financeiro de Previdência com disponibilização de mesmo valor à unidade orçamentária Encargos Gerais do Estado – Secretaria de Estado de Fazenda (UO 1911) de Recursos Ordinários, por meio de remanejamento de crédito orçamentário.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor o projeto de lei.

Na oportunidade, reitero meu apreço e consideração a Vossa Excelência e à Assembleia legislativa.

Romeu Zema Neto, Governador do Estado.

### **PROJETO DE LEI Nº 1.126/2019**

Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, até o limite de R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) para atender a despesas de Pessoal e Encargos Sociais.

Art. 2º – Para atender ao disposto no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da receita de Contribuição Patronal para o Fundo Financeiro de Previdência.

Art. 3º – Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar, em favor da unidade orçamentária Encargos Gerais do Estado – Secretaria de Estado de Fazenda – Encargos Diversos – EGE-SEF –, dotações orçamentárias da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, do grupo de despesas de Pessoal e Encargos Sociais, da fonte de Recursos Ordinários, até o valor a que se refere o art. 1º.

Art. 4º – A aplicação desta lei observará o disposto no art. 169 da Constituição da República e as normas pertinentes da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

– À Comissão de Fiscalização Financeira para os fins do art. 204 do Regimento Interno.

### **MENSAGEM Nº 42/2019**

Belo Horizonte, 18 de setembro de 2019.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Com meus cordiais cumprimentos, encaminho a Vossa Excelência, para apreciação e deliberação dessa egrégia Assembleia, projeto de lei que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e do Fundo Especial do Ministério Público do Estado.

Informo que a abertura de crédito suplementar aos orçamentos do Ministério Público e do Fundo Especial demanda edição de lei, o que motiva o envio deste projeto.

O crédito suplementar ao orçamento do Ministério Público destina-se ao pagamento de despesas de Pessoal Inativo e Pensionistas, Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras. Por sua vez, o crédito suplementar ao orçamento do Fundo Especial é destinado a Inversões Financeiras.

O projeto especifica as fontes de recursos e também solicita autorização para a realização de remanejamentos orçamentários de modo a efetivar a suplementação de crédito. Além disso, dispõe que a aplicação da lei observará o disposto no art. 169 da Constituição da República e as normas pertinentes da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor o projeto de lei.

Na oportunidade, reitero meu apreço e consideração a Vossa Excelência e à Assembleia Legislativa.

Romeu Zema Neto, Governador do Estado.

### PROJETO DE LEI Nº 1.127/2019

Autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Ministério Público do Estado e do Fundo Especial do Ministério Público do Estado.

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Ministério Público do Estado, até o limite de R\$111.500.000,00 (cento e onze milhões e quinhentos mil reais), para atender a:

I – Pessoal e Encargos Sociais, até o valor de R\$78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais);

II – Outras Despesas Correntes, até o valor de R\$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais);

III – Investimentos, até o valor de R\$17.000.000,00 (dezessete milhões de reais);

IV – Inversões Financeiras, até o valor de R\$13.000.000,00 (treze milhões de reais).

Art. 2º – Para atender ao disposto no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes:

I – do excesso de arrecadação da receita de Contribuição Patronal para o Fundo Financeiro de Previdência, no valor de R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais);

II – do excesso de arrecadação da receita de Contribuição do Servidor para o Fundo Financeiro de Previdência, no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);

III – do excesso de arrecadação da receita de Recursos para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS, no valor de R\$57.000.000,00 (cinquenta e sete milhões de reais);

IV – da anulação de dotações orçamentárias do grupo de Pessoal e Encargos Sociais, da fonte de Recursos Ordinários, da procedência de Recursos Recebidos para Livre Utilização, no valor de R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais);

V – da anulação de dotações orçamentárias do grupo de Outras Despesas Correntes, da fonte de Recursos Ordinários, da procedência de Recursos Recebidos para Auxílios Doença, Funeral, Alimentação, Transporte e Fardamento, no valor de R\$33.500.000,00 (trinta e três milhões e quinhentos mil reais).

Art. 3º – Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar, em favor da unidade orçamentária Encargos Gerais do Estado – Secretaria de Estado de Fazenda – Encargos Diversos – EGE-SEF, dotações orçamentárias do Ministério Público do Estado, do grupo de despesas de Pessoal e Encargos Sociais, da fonte de Recursos Ordinários, até o valor a que se refere o inciso III do art. 2º.

Art. 4º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Fundo Especial do Ministério Público do Estado, até o limite de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), para atender a Inversões Financeiras.

Art. 5º – Para atender ao disposto no art. 4º, serão utilizados recursos provenientes da anulação de dotações orçamentárias do Grupo de Investimentos.

Art. 6º – A aplicação desta lei observará o disposto no art. 169 da Constituição da República e as normas pertinentes da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 7º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

– À Comissão de Fiscalização Financeira para os fins do art. 204 do Regimento Interno.

## OFÍCIOS

Da Sra. Andressa de Oliveira Lanchotti, coordenadora do CAO-Meio Ambiente, informando que indicou a Sra. Marta Alves Archer, promotora de justiça, para representá-la na audiência pública da Comissão de Meio Ambiente de 5/9/2019. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Do Sr. Fabrício Torres Sampaio, diretor-geral do DEER-MG, informando, em atenção a convite desta Casa, que não existe justificativa para a participação dessa autarquia na audiência pública em Frutal para tratar da destinação do patrimônio móvel e imóvel do Hidroex. (– À Comissão de Administração Pública.)

Do Sr. Dante de Matos, presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 612/2019, do deputado Ulysses Gomes. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. José Andrade Costa, chefe do Gabinete da Presidência do Banco do Nordeste, agradecendo voto de congratulações formulado por esta Casa em atenção ao Requerimento nº 2.320/2019, do deputado Zé Reis. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Sra. Julia Sant'Anna, secretária de Estado de Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.026/2019, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Marco Aurélio de Barcelos Silva, secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.924/2019, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Otto Alexandre Levy Reis, secretário de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 993/2019, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Ricardo Augusto Simões Campos, diretor Técnico e de Expansão da Companhia de Saneamento de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.937/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Cel. PM Vinicius Rodrigues de Oliveira Santos, diretor-geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 149/2019, da Comissão de Segurança Pública. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

## 2ª Fase (Grande Expediente)

### Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

### PROJETO DE LEI Nº 1.021/2019

– O Projeto de Lei nº 1.021/2019 foi publicado na edição anterior.



## PROJETO DE LEI Nº 1.123/2019

Altera a Lei nº 19.976, de 27 de dezembro de 2011, que institui a Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários – TFRM – e o Cadastro Estadual de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários – Cerm.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O inciso III do art. 1º da Lei nº 19.976, de 27 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º – (...)

III – minerais ou minérios que sejam fonte, primária ou secundária, direta ou indireta, imediata ou mediata, isolada ou conjuntamente com outros elementos químicos, de chumbo, cobre, estanho, ferro, lítio, manganês, nióbio, níquel, ouro, tântalo, titânio, zinco e zircônio.”

Art. 2º – O art. 8º-A da Lei nº 19.976, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º-A – Será concedido desconto de 60% (sessenta por cento) no valor da TFRM em relação ao mineral ou ao minério a cujos resíduos ou rejeitos seja dada destinação final ambientalmente adequada alternativa à disposição em barragem.”

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de setembro de 2019.

Comissão Parlamentar de Inquérito da Barragem de Brumadinho

**Justificação:** A Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – da Barragem de Brumadinho, criada pelo Requerimento Ordinário nº 80, de 2019, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, teve como objetivo apurar as causas do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Vale S.A., ocorrido em 25 de janeiro de 2019, no Município de Brumadinho (MG). Esta comissão, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição da República de 1988, e do art. 60, § 3º, da Constituição do Estado, utilizou os poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e, nesse contexto, obteve informações sobre os fatos investigados e suas consequências nas esferas jurídica, social e ambiental. De posse dessas informações, a comissão concluiu, em seu relatório final, pelo encaminhamento de recomendações a diversos órgãos e entidades e pela apresentação da proposição que ora submetemos à apreciação de nossos pares.

Considerando o custo para o Estado com a fiscalização de empreendimentos minerários que utilizam barragens, especialmente após a instituição da Política Estadual de Segurança de Barragens – Pesb –, pela Lei nº 23.291, de 25 de fevereiro de 2019, conhecida pela expressão “mar de lama nunca mais!”, faz-se necessário promover a adequação da Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários – TFRM –, conforme razões apresentadas no relatório final da CPI.

De um lado, propomos que o tributo incida também sobre a exploração do nióbio e do ouro, recursos minerários que são igualmente objeto da fiscalização estadual. De outro lado, visando ainda incentivar o avanço nas formas de destinação dos rejeitos ou resíduos da mineração, propomos que o desconto do valor da taxa a que se refere o art. 8º-A da Lei nº 19.976, de 27 de dezembro de 2011, seja restrito aos contribuintes que utilizarem tecnologias alternativas à disposição em barragens. Finalmente, propomos também que se ajuste o percentual do referido desconto, de acordo com a regulamentação atual.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Minas e Energia e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.



**PROJETO DE LEI Nº 1.124/2019**

Inclui na grade curricular das escolas estaduais conteúdo sobre princípios da filosofia chinesa do estilo Kung Fu.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – As escolas públicas do Estado e as escolas privadas integrantes do sistema estadual de educação incluirão na grade curricular conteúdo sobre princípios da filosofia chinesa do estilo Kung Fu.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 18 de setembro de 2019.

Deputado Leonídio Bouças (MDB)

**Justificação:** O projeto de lei em epígrafe tem por objetivo incluir na grade curricular das escolas públicas do Estado e das escolas privadas integrantes do sistema estadual de educação conteúdo sobre princípios da filosofia chinesa do estilo Kung Fu.

É sabido que a filosofia chinesa contém princípios que norteiam de forma exemplar a formação do caráter humano. A valorização do corpo, do desenvolvimento pessoal, da disciplina, da persistência e o respeito aos limites do indivíduo são valores importantes que devem permear a sociedade, notadamente a sociedade moderna. O Kung Fu cumpre, de maneira especial, esse objetivo com propriedade. Seus diversos estilos têm como fundamento a superação e a capacitação para enfrentar obstáculos sem desistir ou desanimar.

A propósito, as relações entre Brasil e China vêm se estreitando sistematicamente e são marcadas pelos mesmos sentimentos e linguagens. Os dois países compartilham experiências de parceria de negócios em vários segmentos, incluindo a construção de satélites, de porto para lidar com navios para importação e exportação de matérias-primas, investimento em infraestrutura, entre outras parcerias. A China se destaca como uma das economias de mais rápido crescimento do mundo, sendo responsável pela maior exportação e o terceiro maior importador de mercadorias do planeta, sendo assim considerada uma superpotência emergente. Podemos dizer que a China faz parte da identidade do brasileiro, tamanha a sintonia existente entre os dois povos.

Decerto, o sucesso da China se deve à capacidade de sua população de lidar com o sentimentos próprios do ser humano. Para isso, conta com uma forte filosofia, favorecida pela prática de princípios da arte popular, a exemplo do Kung Fu, que proporciona, aos que se dedicam a um de seus estilos, o equilíbrio necessário à superação de obstáculos de natureza emocional. Nesse aspecto, a introdução de princípios de filosofia chinesa nas escolas públicas do Estado poderá ser de grande proveito para os estudantes do nosso Estado.

Por essas razões, conto com o parecer favorável dos nobres pares à aprovação deste projeto.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Educação para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

**REQUERIMENTOS**

Nº 2.837/2019, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para a reinserção do Núcleo de Regularização Fundiária de Unidades de Conservação na estrutura orgânica do Instituto Estadual de Florestas – IEF.

Nº 2.838/2019, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Advocacia-Geral do Estado – AGE – pedido de providências para agilizar os processos jurídicos de regularização fundiária de unidades de conservação do Estado, observada a destinação legal dos recursos arrecadados por medidas compensatórias decorrentes de licenciamentos ambientais.

Nº 2.839/2019, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral do Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre as necessidades atuais de melhorias de infraestrutura e de equipamentos da Polícia Militar de Meio Ambiente para atendimento mais eficaz às ocorrências de incêndios florestais no Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 2.840/2019, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre as necessidades atuais de melhorias de infraestrutura e de equipamentos dessa corporação para atendimento mais eficaz às ocorrências de incêndios florestais no Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 2.841/2019, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências com vistas a criar setor específico para a apuração de denúncias e instauração de inquéritos relacionados aos incêndios florestais ocorridos no Estado.

Nº 2.842/2019, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que as Secretarias de Estado de Educação, de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de Infraestrutura e Mobilidade, de Planejamento e Gestão, de Fazenda, de Defesa Social e de Comunicação Social sejam incluídas na Força Tarefa Previncêndio – FTP –, com definição de responsabilidades nas respectivas esferas de competência.

Nº 2.843/2019, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja regulamentada a destinação aos municípios de parcela dos recursos arrecadados com a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA –, conforme determina a Política Nacional do Meio Ambiente, contida na Lei Federal nº 6.938, de 1981.

Nº 2.844/2019, da Comissão de Meio Ambiente, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que sejam destinados ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG –, conforme determinação legal, os recursos da Taxa de Incêndio, em especial para a manutenção da infraestrutura e dos investimentos dessa corporação. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 2.845/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam apuradas supostas condutas arbitrárias do Maj. PM Orleans Antônio Dutra, subcomandante do 66º BPM, uma vez que, segundo informações discutidas em audiência pública da comissão, o referido major escalaria, nos finais de semana, todos os policiais militares em licença médica ou dispensados, em período de 12 horas a 18 horas, em atividades diversas, como na escolta e guarda de presos.

Nº 2.846/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam apuradas as condutas arbitrárias da Maj. PM Fabíola, comandante da 5ª Companhia de Polícia Militar, por não respeitar a carga horária dos policiais militares e o período mínimo de descanso, bem como por escalar, como forma de punição, os policiais que apresentam atestados médicos e solicitam alterações no horário de trabalho em turnos diversos dos solicitados e escalando apenas um policial em locais de alta concentração de ocorrências.

Nº 2.847/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam adotadas as medidas necessárias à alteração da escala de serviço do policial militar Natanael Gosmoguete Souza, tendo em vista que ele tem direito à redução da jornada para cuidar de sua filha com deficiência, mas, em razão de dificuldades encontradas em seus horários e atividades, está impossibilitado de dar a sua filha o auxílio indispensável.

Nº 2.848/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que o art. 21 da Resolução nº 4285, de 2013, dessa corporação, seja imediatamente cumprido,

uma vez que já está extrapolado o prazo de um ano assinalado para a implantação de sistema informatizado de controle de escalas e de carga horária.

Nº 2.849/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas ao aperfeiçoamento das resoluções da instituição que regulam a jornada de trabalho dos policiais militares, especialmente no tocante ao cômputo do tempo referente ao deslocamento do militar à unidade militar, que ainda não está regulado (alínea “d” do art. 1º da Resolução nº 4.404, de 2015); e, ainda, que seja computado integralmente o tempo em que os profissionais ficam de sobreaviso (inciso VII do art. 2º da Resolução nº 4.404, de 2015).

Nº 2.850/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que, no momento da distribuição do efetivo policial dos profissionais formados nos próximos cursos de formação em andamento no âmbito dessa instituição, seja dada prioridade à recomposição do déficit de policiais militares que atuam no patrulhamento ostensivo das ruas do Estado, proporcionando a diminuição da sobrecarga de trabalho e da cobrança excessiva exercida por comandantes de unidades em relação aos profissionais que atuam em atividades operacionais.

Nº 2.851/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que, nas situações de radiopatrulhamento unitário, seja garantido ao policial militar a devida segurança para realizar sua atribuição, observando-se o horário, local e área de policiamento, em observância ao princípio de supremacia de forças, que vigora na PMMG há mais de dois séculos.

Nº 2.852/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para combater situações de imposição de escalas de serviço desfavoráveis, como forma de represália, aos militares que apresentaram atestado médico e que, conseqüentemente, ausentaram-se do serviço, haja vista que tal prática compromete o devido descanso e o sadio convívio familiar do policial militar.

Nº 2.853/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para o aperfeiçoamento dos trâmites administrativos na instituição militar referentes aos procedimentos de permuta entre policiais militares, estabelecendo-se uma política pública que favoreça e dê celeridade às permutas, na qual deve ser considerado que os recursos humanos da instituição são o bem de maior valor da PMMG, que a família constitui a base da sociedade e requer especial proteção do Estado (art. 226 da Constituição da República); e, ainda, que as permutas possibilitam que os policiais exerçam suas atividades em localidades próximas de seus familiares.

Nº 2.854/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Fazenda, à Secretaria de Estado de Governo e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para atender, com urgência, o apelo de dar seguimento aos concursos públicos que se encontram suspensos no âmbito da Polícia Militar de Minas Gerais (CTSP para a Região Metropolitana de Belo Horizonte e CTSP para o interior do Estado) e permitir que o comandante-geral da PMMG convoque o máximo de excedentes dos certames, diante do déficit de policiais militares vivido pela instituição e a necessidade de se manter a supremacia de forças no combate à criminalidade no Estado.

Nº 2.855/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp –, ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – e à Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de São Lourenço pedido de providências para que sejam apurados os fatos narrados pelo Sr. Luiz Augusto, conhecido como Pocotó, dessa comarca, durante entrevista a um canal de YouTube, na qual agradece ao Sr. Leandro Palmas, diretor prisional, a confiança em permitir sua saída do presídio para trabalhar desacompanhado de escolta, mesmo estando em regime fechado, conforme CD com cópia da entrevista concedida.

Nº 2.856/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que as unidades dessas corporações, localizadas no Município de Fortaleza de Minas, voltem a pertencer à Região Integrada de Segurança Pública – Risp – de Passos, uma vez que a mudança para a Risp de São Sebastião do Paraíso trouxe dificuldades para os cidadãos e prejuízos à segurança de Fortaleza de Minas.

Nº 2.857/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que sejam apuradas denúncias em desfavor do Sr. Marcos Lopes Brandão, diretor-geral do Presídio Sebastião Sátilo, no Município de Patos de Minas, quanto ao suposto uso indevido de veículos oficiais e viaturas, ausência de providências em relação a comunicado interno quanto à localização de uma faca em meio a pães fornecidos à unidade, descumprimento de escala de plantões e rasuras em folha de assinaturas de detentos em prisão domiciliar.

Nº 2.858/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que sejam convocados, o mais breve possível, todos os aprovados no certame referente ao Edital nº 2/2018, destinado ao provimento de cargos de escrivão de polícia, uma vez que, conforme Ofício nº 223/2019, encaminhado pelo Sindicato dos Escrivães de Polícia de Minas Gerais – Sindep-MG –, constata-se que, após terem ocorrido aposentadorias, demissões, exonerações e mortes, há 344 cargos de escrivão de polícia vagos, o que em muito compromete o andamento e o cumprimento das funções institucionais da Polícia Civil de Minas Gerais.

Nº 2.859/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a ocorrência de repasses de recursos especificamente à Apac de Passos em dezembro de 2018 e, sendo o caso, sobre o valor efetivamente repassado à Associação, uma vez que, em resposta ao Requerimento em Comissão nº 11.684/2018, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, a Superintendência de Planejamento, Orçamento e Finanças informou que, em dezembro de 2018, houve repasses de recursos às Apacs e Fbacs, que mantêm termo de colaboração com o Estado, encaminhando a esta Casa planilha com o demonstrativo de pagamentos executados, da qual constam 43 associações que receberam recursos do Estado para manutenção de suas atividades, sem que se esclareça se a Apac de Passos foi contemplada. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 2.860/2019, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre o plano de recuperação fiscal apresentado pelo Estado ao Ministério da Fazenda, consubstanciadas no cronograma de apresentação de leis, metas, objetivos, resultados e medidas que serão adotadas, conforme a previsão do art. 4º da Lei Complementar nº 159, de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e altera as Leis Complementares nº 101, de 4 de maio de 2000, e nº 156, de 28 de dezembro de 2016. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 2.861/2019, do deputado Inácio Franco, em que requer seja formulado voto de congratulações com Miriam Assumpção Chaves por ter sido selecionada para participar da 16ª edição do Parlamento Jovem Brasileiro, na Câmara dos Deputados. (– À Comissão de Educação.)

Nº 2.862/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sgt. PM Marcus Vinícius Lisboa por ter participado da ação que resultou no salvamento de duas pessoas durante incêndio em residência na região Noroeste de Belo Horizonte.

Nº 2.863/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Cb. PM Chrisley Soares de Lima por ter participado da ação que resultou no salvamento de duas pessoas durante incêndio em residência na região Noroeste de Belo Horizonte.

Nº 2.864/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Cb. PM Victor Henrique Tudeia da Fonseca por ter participado da ação que resultou no salvamento de duas pessoas durante incêndio em residência na região Noroeste de Belo Horizonte.

Nº 2.865/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com policiais militares que participaram da operação realizada no dia 14/9/2019, em Belo Horizonte, em repressão a crimes violentos e tráfico de drogas, que resultou na prisão de 6 pessoas e na apreensão de 700 pinos de cocaína, quatro porções de *crack*, duas balanças de precisão, embalagens para drogas e um celular roubado. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.866/2019, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, em que requer seja formulado voto de congratulações com Saulo Serpa Mansur por sua receita ter sido selecionada como uma das finalistas no concurso A Melhor Linguíça do Brasil, da Rede Globo, entre mais de 300 receitas, representando bem o Estado e reforçando o valor de nossa cultura e tradição gastronômica. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 2.867/2019, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, em que requer seja formulado voto de congratulações com Diego César Modesto Lara por sua receita ter sido a grande vencedora do concurso A Melhor Linguíça do Brasil, da Rede Globo, representando bem o Município de Pratápolis e o Estado e reforçando o valor de nossa cultura e tradição gastronômica. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 2.868/2019, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, em que requer seja formulado voto de congratulações com Reginaldo Nascimento por sua receita ter sido uma das finalistas no concurso A Melhor Linguíça do Brasil, da Rede Globo, entre mais de 300 receitas. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 2.869/2019, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Marcelo Álvaro Antônio, ministro do Turismo, pela conquista da vaga pelo Brasil no Conselho Executivo da Organização Mundial do Turismo. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 2.870/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências com vistas a viabilizar o credenciamento de um cirurgião especialista em implante de membros em um dos hospitais do Município de Ubá para atendimento pelo SUS. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 2.871/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde de Ubá pedido de providências para ampliar o horário de funcionamento das unidades básicas de saúde do município para melhor atender os trabalhadores. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 2.872/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre o planejamento e o estudo que geraram a justificativa, nos termos do art. 17 da Lei nº 8.666, de 1993, que deve ser apresentada sobre o real interesse público da venda dos imóveis da Cemig, bem como sobre a justificativa do real interesse público do fechamento dos postos de atendimento que funcionam nos imóveis que a empresa pretende vender e sobre as negociações com o Sindieletro e outras representações sindicais a respeito da situação dos trabalhadores que podem ser afetados. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 2.873/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao Centro de Referência em Saúde do Trabalhador do Estado de Minas Gerais – Cerest-MG – pedido de informações sobre o número de acidentes de trabalho no Município de Ubá e nos demais municípios da região que compõem o polo moveleiro, nos últimos 5 anos.

Nº 2.875/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao Sindicato Intermunicipal das Indústrias do Mobiliário de Ubá – Intersind – pedido de providências para a elaboração de cursos na área de segurança do trabalho para os trabalhadores das fábricas de móveis de Ubá, bem como a elaboração de quadro de avaliação de riscos nas fábricas, visando conscientizar os trabalhadores quanto aos riscos a que estão submetidos.

Nº 2.876/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Social de Ubá pedido de providências para ampliar o horário de funcionamento de unidades dos centros de referência de assistência social – Cras – do município de maneira a abranger o período noturno, a fim de atender aos trabalhadores nas oficinas por eles oferecidas.

Nº 2.877/2019, da Comissão do Trabalho, em que requerem seja encaminhado à Prefeitura de Ubá pedido de informação sobre projeto em andamento que trata dos resíduos do polo moveleiro.

Nº 2.878/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado às Prefeituras de Ubá, Guidoal, Guiricema, Piraúba, Rio Pomba, Rodeiro, São Geraldo, Tocantins e Visconde do Rio Branco pedido de informações consubstanciadas nos dados completos e atualizados de acidentes de trabalho nos respectivos municípios, especificando o setor econômico em que ocorreram e os acidentes relacionados ao percurso de ida e volta ao trabalho, com estatísticas dos últimos cinco anos.

Nº 2.879/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao Hospital de Santa Izabel, do Município de Ubá, pedido de informações sobre os dados referentes aos acidentes de trabalho registrados e tratados em suas dependências nos últimos cinco anos.

Nº 2.880/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Economia pedido de providências com vistas a recompor as equipes dos postos de atendimento aos trabalhadores no Estado, especialmente no Município de Ubá.

Nº 2.881/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Mobiliário de Ubá pedido de providências para que atue junto com os sindicatos dos trabalhadores com vistas a fortalecer a atuação das comissões internas de prevenção de acidentes – Cipas.

Nº 2.882/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Ubá pedido de providências para elaborar planejamento logístico de trânsito adequado às necessidades da cidade e de seus moradores, com discussão pública com todos os interessados nessa temática.

Nº 2.883/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à unidade do Sesi-Senai de Ubá pedido de providências para realizar cursos de formação educacional e capacitação tecnológica para os trabalhadores do polo moveleiro.

Nº 2.884/2019, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja formulado voto de congratulações com a empresa Neurotec por sua premiação como Empresa Inovadora Destaque 2019 no Innovation Brazil Leaders Forum 2019. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 2.885/2019, da Comissão de Cultura, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Adalgísio Gonçalves, professor de matemática da Escola Estadual Presidente Costa e Silva, de Minas Novas, por ter representado o Brasil em Taiwan, na prova final da Olimpíada Internacional Matemática sem Fronteiras. (– À Comissão de Educação.)

Nº 2.886/2019, da Comissão de Cultura, em que requer seja formulado voto de congratulações com os alunos Gabriel Lopes, João Gustavo, Thais Pereira, Eric Soares, Vitor Samuel e João Pedro Avelino, da Escola Estadual Presidente Costa e Silva, de Minas Novas, por terem representado o Brasil em Taiwan, na prova final da Olimpíada Internacional Matemática sem Fronteiras. (– À Comissão de Educação.)

### REQUERIMENTOS ORDINÁRIOS

Nº 641/2019, da deputada Delegada Sheila e outros, em que requerem a convocação de reunião especial para homenagear a Associação Comercial e Empresarial de Juiz de Fora pelas conquistas e contribuições para a classe empresarial e para a sociedade econômica desse município.



Nº 678/2019, do deputado Charles Santos, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.194/2017, do deputado Missionário Marcio Santiago.

### Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Administração Pública e de Assuntos Municipais.

### Questões de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, é com indignação que eu acabo de ouvir a leitura dos projetos de lei aqui encaminhados pelo governador Romeu Zema, com as mensagens que tratam de suplementação orçamentária, Sr. Presidente, para o Ministério Público, para a Defensoria Pública e para o Tribunal de Justiça Militar. Em fevereiro deste ano, presidente, eu fiz um pronunciamento e um forte apelo aos deputados e às deputadas, mas de forma especial aos deputados que estavam chegando a esta Casa. Eu quero ver a coragem dos deputados de votar essa matéria de pedido de suplementação orçamentária. Nós devíamos ter o que aqui? Nós devíamos ter uma economia da Assembleia, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, da Defensoria, do Tribunal de Justiça, de todos os órgãos e Poderes frente à situação que estão vivendo os servidores do Poder Executivo. Quero mais, presidente. Acabei de ouvir agora a entrevista do secretário de Planejamento e Gestão Otto Levy, na Itatiaia, e ouvi com muita atenção. Nós, deputados – eu, deputado Sargento Rodrigues, o deputado Delegado Heli Grilo, o deputado Bruno Engler, o deputado Coronel Sandro, a deputada delegada Sheila, o deputado federal Subtenente Gonzaga, os deputados federais Junio Amaral e Léo Motta estivemos agora, na segunda-feira, dia 16, em seis horas de reunião com o secretário Otto Levy e com o secretário Bilac Pinto para tratar da recomposição das perdas inflacionárias. Presidente, ouvindo a Itatiaia, a gente ouviu também os apelos do jornalista Eduardo Costa e do secretário. Mas será que o jornalista Eduardo Costa, a Rádio Itatiaia, e o secretário estão lembrando que o que nós estamos reivindicando para os servidores da segurança pública é direito. Vou repetir, presidente: é direito e é dever do Estado, porque a Constituição da República assegura as perdas inflacionárias, no art. 37, inciso X. Então, presidente, os servidores da segurança pública estão pedindo, estão conclamando aos deputados, aos secretários, para que ajudem a encontrar uma saída porque eles estão há quatro anos e oito meses sem sequer receber um centavo de reposição da perda inflacionária. Eles estão há três anos e oito meses com os salários parcelados, sem efetivo, com sobrecarga de trabalho, com aumento de suicídios. Ou seja, nós estamos vivendo um momento em que está todo mundo no limite. Chegou. Eles não dão conta mais. Estão desesperados. Por isso eu queria deixar aqui uma palavra, uma palavra com muita serenidade, com muito equilíbrio, à própria Rádio Itatiaia, que é uma grande emissora, ao secretário Otto Levy e ao secretário Bilac Pinto. Não existe negociação em que o patrão fala – neste caso, o governo: “Reconheço as perdas, vou pagar as perdas”, mas não fala qual é o índice da primeira parcela. Qual é a garantia? Será 1%, 2%, 5%? Quanto? Então, é disso que os servidores da segurança pública precisam. E a primeira parcela em setembro de 2020, daqui a um ano? Não, não dá para esperar. Então, Sr. Presidente, o que nós queremos é que o secretário Bilac Pinto, que o governador Romeu Zema tenham sensibilidade humana e entendam o sofrimento e o estado de penúria que estão vivendo o soldado, o cabo, o sargento, o investigador, o escrivão, o inspetor, o agente penitenciário, o socioeducativo e suas famílias, estado de penúria. E requerer um direito, lutar pelo direito, brigar pelo direito é dever do chefe de família. Então nós pedimos ao governador Romeu Zema que tenha sensibilidade, melhore a proposta, fale qual o índice da primeira parcela. É isso que nós estamos pedindo. Houve avanço? Houve, mas sem o valor da parcela; e, a essa distância, não dá, não é palpável, não é compreensível para quem teria que esperar cinco anos e nove meses para receber a primeira parcela. Esse é o nosso apelo, presidente.

O deputado Duarte Bechir – Meu caro presidente, deputado Cristiano Silveira, Sras. e Srs. Deputados. Nós estivemos, na última semana de agosto, em audiência na Polícia Civil, e fomos recebidos pelo chefe adjunto, Dr. Joaquim Francisco, quando lhe apresentamos os problemas que estão afligindo advogados e a população, de um modo geral, do Vale do Jequitinhonha, desde a adequação do funcionamento do plantão regionalizado de Teófilo Otoni. Na ocasião, estivemos acompanhados dos presidentes das



subseções de Pedra Azul, Armendes Rodrigues; de Jequitinhonha, Dra. Leandra Barbosa; de Almenara, Benícia Neder; e de Medina, Dr. Maron Tanure, além do delegado de prerrogativas, Oséas Soares, bem como do diretor de subseções da seccional mineira, Raimundo Cândido Neto, e do diretor institucional, Dr. Marco Antônio Freitas. Com o anúncio, Sr. Presidente, da criação do Plantão Virtual, os procedimentos seriam realizados por videoconferência e atenderiam 29 municípios simultaneamente. Os representantes da advocacia do Nordeste de Minas e do Vale do Jequitinhonha relataram que as delegacias ainda não possuem estrutura para a realização dos plantões virtuais, e o número de delegados não é suficiente para atender as demandas de todos os municípios. As mudanças têm causado transtornos para as comunidades e impactado o exercício da advocacia, com deslocamentos – vejam bem, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados – de mais de 200km para esses procedimentos. O encontro tratou das dificuldades enfrentadas na região, como também da falta de delegados. Durante a reunião que tivemos com o Dr. Joaquim Francisco, foi entregue a ele, que é o chefe adjunto da Polícia Civil de Minas Gerais, um ofício solicitando o retorno dos plantões nas regionais de polícia e a suspensão do plantão regionalizado até a instalação de estrutura mínima para o efetivo funcionamento do Plantão Virtual, que é, sem dúvida alguma, uma importante inovação no âmbito da Polícia Civil de Minas Gerais para a agilidade e facilitação desses procedimentos, a exemplo da prisão em flagrante e de outros que exigem o deslocamento de advogados, testemunhas, Polícia Militar, para serem conduzidos até o local do funcionando o plantão. Eu faço uma pausa, senhoras e senhores deputados, porque está tramitando na Casa o PL nº 802/2019, e o seu autor, deputado Delegado Heli Grilo, está aqui à nossa esquerda. Esse PL vai legalizar os plantões digitais, mas, Dr. Heli, as delegacias terão primeiro a instalação dos equipamentos que permitirão que o que seria conduzido pudesse se manifestar através da rede. Então, o que nós não queremos é que seja mantida essa decisão, que hoje está prevalecendo, antes da lei. Nós tínhamos uma liminar, ainda não sei o relator... Deputado Zé Reis. O que está acontecendo hoje na região do Vale e no Noroeste do Estado é que as pessoas estão indo a mais de 200km para serem atendidas. Chegam lá e, dependendo da situação, a polícia entrega o preso, e ele não tem nem dinheiro para voltar para casa. É o deslocamento da Polícia Militar, é carro, é militar... O advogado tem que andar. A situação está ruim. O PL de V. Exa. regulariza, tranquiliza, inova, aperfeiçoa e dá caminhos para essa situação. Fui autor do requerimento que solicita uma audiência pública para discussão do referido PL. E veja bem, deputado Delegado Heli Grilo, Raimundo Cândido Neto, representando a subseção de Minas Gerais na reunião da semana passada, disse: “A reunião foi muito produtiva, com a abertura do diálogo para apresentação do problema. A OAB Minas, a Assembleia Legislativa e a Polícia Civil trabalharão em conjunto para que a situação seja contornada e a população seja atendida da melhor forma”, e disse ao Dr. Joaquim Francisco que é favorável ao PL de V. Exa. na forma em que o subchefe nos apresentou, mas de forma mais detalhada e não superficial. Então, meu caro presidente e Dr. Heli, que é o autor do PL nº 802/2019, a ideia do plantão regionalizado, dos plantões virtuais, é uma ótima ideia, mas implementá-los sem o devido preparo das delegacias é suicídio. Então, nós queremos que seja cancelada a decisão de Teófilo Otôni, que exigiu a abertura desses plantões sem as delegacias estarem prontas para esse trabalho. É a nossa fala hoje, presidente, e estaremos na região a partir de amanhã, discutindo, ouvindo, e na semana que vem pautando o tema novamente aqui na Casa. Muito obrigado a V. Exa.

### **Oradores Inscritos**

– Os deputados Bosco, Coronel Sandro e Sargento Rodrigues, a deputada Beatriz Cerqueira e o deputado Raul Belém proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

## **2ª Parte (Ordem do Dia)**

### **1ª Fase**

#### **Abertura de Inscrições**

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

### Designação de Comissões

O presidente – A presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 41/2019. Pelo Bloco Sou Minas Gerais – BSMG: efetivos – deputados Dalmo Ribeiro Silva e Betinho Pinto Coelho; suplentes – deputados Roberto Andrade e Gustavo Mitre; pelo Bloco Liberdade e Progresso – BLP: efetivo – deputado Doorgal Andrada; suplente – deputado Braulio Braz; pelo Bloco Minas tem História – BMTH: efetivo – deputado Thiago Cota; suplente – deputado Neilando Pimenta; pelo Bloco Democracia e Luta – BDL: efetivo – deputado Celinho Sintrocel; suplente – deputado André Quintão. Designo. Às comissões.

### DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, tendo em vista o desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.491/2018, do deputado Ivair Nogueira, determina, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, sua anexação ao Projeto de Lei nº 374/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, por guardarem semelhança entre si.

Mesa da Assembleia, 18 de setembro de 2019.

Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente, no exercício da presidência.

### Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 2.837, 2.838 e 2.841 a 2.843/2019, da Comissão de Meio Ambiente, 2.845 a 2.858 e 2.862 a 2.864/2019, da Comissão de Segurança Pública, e 2.873 e 2.875 a 2.883/2019, da Comissão do Trabalho. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

### Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Administração Pública – aprovação, na 25ª Reunião Ordinária, em 17/9/2019, dos Requerimentos nºs 2.647/2019, do deputado Betinho Pinto Coelho, e 2.718/2019, da Comissão de Segurança Pública; e de Assuntos Municipais – aprovação, na 16ª Reunião Ordinária, em 18/9/2019, do Requerimento nº 2.655/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita (Ciente. Publique-se.).

### Despacho de Requerimentos

– A seguir, o presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário nº 678/2019, do deputado Charles Santos, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.194/2017; e, nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento Ordinário nº 641/2019 da deputada Delegada Sheila e outros, em que solicitam a convocação de reunião especial para homenagear a Associação Comercial e Empresarial de Juiz de Fora pelas conquistas e contribuições para a classe empresarial e para a sociedade econômica no Município de Juiz de Fora.

### Questões de Ordem

O deputado Mauro Tramonte – Sr. Presidente, deputado Cristiano Silveira, que, brilhantemente, comanda, hoje, os trabalhos desta Casa, são dois detalhes que me trazem aqui. Primeiro, estou vindo nesta tarde para ratificar o nosso apelo ao Estado de Minas Gerais para que providencie a retomada das obras de duplicação da rodovia MG-806, que liga o centro do Município de Ribeirão das Neves ao Distrito de Justinópolis. A população de Neves e também de Justinópolis, claro, já não aguenta mais presenciar acidentes e a falta de segurança daquele trecho. A obra de duplicação encontra-se inacabada, engessando o trânsito e impedindo o desenvolvimento da região. Então, estamos aqui fazendo um apelo à Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade para que restabeleça

essa obra o mais rápido possível. Todo mundo sabe que Neves passa por um grande problema, tem quilômetros e quilômetros de ruas sem asfalto, ao longo de décadas. Durante décadas e décadas a cidade sofre com a falta de uma infraestrutura melhor. Mas essa estrada, essa rodovia MG-806, que liga Neves ao Distrito de Justinópolis, precisa imediatamente ser retomada. Estamos aqui fazendo esse apelo mais uma vez, para que essas obras acabem de uma vez e resolva o problema daquele pessoal que precisa, daqueles trabalhadores que precisam. Queria também tocar em outro assunto, Sr. Presidente. Sinto muito por ver no Brasil, no nosso estado, a falta de política mais efetiva em relação à proteção às mulheres. Eu que estou na imprensa, não passa uma semana sem que tenhamos feminicídios, provocados por maridos, ex-maridos, ex-namorados, ex-companheiros. Temos que cobrar uma política mais determinante para a proteção das mulheres, porque não se aguenta mais isso, é muita coisa, é muito homicídio, é muita gente matando e muita gente morrendo. Essa Lei Maria da Penha é boa? É ótima, mas tem que ser melhor aproveitada, melhor aperfeiçoada, dando condições para a polícia trabalhar, dando maiores condições para o Judiciário trabalhar, porque não podemos ser um dos países onde mais se mata mulheres no mundo. Então, temos que continuar cobrando uma política diferenciada para a proteção às mulheres. São esses dois pronunciamentos, Sr. Presidente. Muito obrigado pela atenção.

O deputado Bruno Engler – Sr. Presidente, subo à tribuna, neste momento, porque estou perplexo com as comunicações que esta Casa recebeu do governo de Minas Gerais. Acabamos de receber um pedido de R\$117.000.000,00 de suplementação orçamentária, para que esta Casa autorize o uso desses R\$117.000.000,00, sendo R\$3.000.000,00 para o Tribunal de Justiça Militar; R\$2.500.000,00 para a Defensoria Pública e R\$111.500.000,00 para o Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Desde o início do mandato, estamos negociando com o governo, pedindo os direitos dos servidores da segurança pública; pedindo o pagamento no quinto dia útil; do 13º salário e a recomposição das perdas inflacionárias. A resposta do governo é sempre que não tem dinheiro, que a gente tem que ter paciência, que a gente tem que entender que o Estado está quebrado. Só que o governo manda para esta Casa um pedido para liberar R\$117.000.000,00 em suplementação orçamentária. O que me incomoda não é a postura do Ministério Público, todo mundo ouviu o áudio de um procurador falando do “miserê” ou do Tribunal de Justiça Militar ou da Defensoria Pública. Todo mundo tem o direito de pedir. O que me incomoda é que quem mandou esses projetos de lei para a Assembleia foi o governo de Minas Gerais, o mesmo governo que olha para os seus servidores e diz “não tem dinheiro para vocês. Tem que ter paciência, tem que esperar”, pede dinheiro para suprir o orçamento do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Justiça Militar. É preciso ter senso de proporcionalidade. Se estamos com o Estado quebrado, se é hora de apertar o cinto, tem que apertar o cinto para todo mundo. Por que só o policial, o bombeiro, o professor, o enfermeiro, os servidores do Executivo vão sofrer as consequências das mazelas econômicas do Estado? E os outros Poderes vêm e pedem suplementação? Eu gostaria que o governo de Minas explicasse isso, porque foi ele que fez esses pedidos aqui. Então, não adianta a gente criticar o Ministério Público, o Tribunal ou a Defensoria. Eles pediram, como todo mundo pede. Mas, a eles, o governo tem interesse de atender e manda os projetos de suplementação a esta Casa. Aos servidores do Executivo, ele diz que têm que ter paciência, têm que esperar porque o Estado não tem dinheiro. Isso, a meu ver, é um total desrespeito a essas pessoas que trabalham por Minas Gerais.

#### **Encerramento**

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 19, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

#### **ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 24/4/2019**

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Rosângela Reis e o deputado Marquinho Lemos, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, nos termos

do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI – da Região Metropolitana do Vale do Aço. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Luana Azevedo Temponi Godinho, diretora de Monitoramento e Avaliação da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, representando o secretário de Estado de Cidades e de Integração Regional; e os Srs. Everaldo Ciríaco da Silva, secretário municipal de Governo de Santana do Paraíso, representando a prefeita; Carlos Eduardo Ferreira, coordenador do Eixo Econômico do PDDI da Região Metropolitana do Vale do Aço; João Costa Aguiar Filho, representante do Consórcio da Região Metropolitana do Vale do Aço; Geraldo dos Reis Neves, prefeito de Ipaba. A presidente, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de abril de 2019.

Marquinho Lemos, presidente.

#### **ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 7/8/2019**

Às 9h14min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Rosângela Reis e Ione Pinheiro e os deputados Marquinho Lemos e Fernando Pacheco, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.087, 2.088, 2.168, 2.324 e 2.329/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.415/2019, do deputado Zé Reis, em que requer seja formulado voto de congratulações com Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf – pelos 45 anos de sua fundação;

nº 3.455/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a gestão unificada e compartilhada da função pública de interesse comum de uso do solo metropolitano na Região Metropolitana de Belo Horizonte;

nº 3.541/2019, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Edital SMPU nº 080/2019, que trata do chamamento público para licenciamento do exercício de atividade comercial, em logradouro público, em veículo de tração humana, no Município de Belo Horizonte;

nº 3.542/2019, do deputado Marquinho Lemos, em que requer seja realizada audiência pública para debater a situação das nascentes e as ações da Copasa e da Copanor para preservar as fontes de captação de água nos municípios em que são concessionárias de água e esgoto, dada a escassez hídrica vivida por várias localidades atendidas por essas empresas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de agosto de 2019.

Fernando Pacheco, presidente.

**ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/9/2019**

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo, João Leite e Bruno Engler, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Sávio Souza Cruz. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Julia Sant'Anna, secretária de Estado de Educação (8/8/2019); e Irene Angélica Franco e Silva Leroy, chefe de gabinete da Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais (20/8/2019); e dos Srs. Ricardo Alexandre Nogueira Miranda, subsecretário de Articulação Institucional da Secretaria de Estado de Governo (10 ofícios em 3/8/2019, 3 ofícios em 8/8/2019 e 2 ofícios em 10/8/2019); Leandro Barbosa de Lima, assessor especial da Casa Civil da Presidência da República (26/7/2019); Márcio Simões Nabak, delegado-geral da Polícia Civil de Minas Gerais (3/8/2019); Aloisio Daniel Fagundes, delegado da Polícia Civil de Minas Gerais (8/8/2019); José Luiz Reis Júnior, subchefe de Arins da Polícia Militar de Minas Gerais (23/8/2019); e Marco Antônio Territo de Barros, superintendente regional da 4ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal (8/8/2019). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.561 e 2.585/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.054/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater denúncias de abuso de autoridade contra policiais militares que, para registrar atos praticados por menores infratores, devido a deficiências estruturais existentes no recebimento das ocorrências policiais no Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional – CIA –, acabam por ter que se dirigir a dependências de unidades da PMMG para terem acesso a computadores e estruturas que permitem o registro policial;

nº 4.056/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Delegado Heli Grilo, em que requerem seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para que as comunicações oficiais encaminhadas a esta Casa, em resposta a requerimentos das comissões temáticas, sejam subscritas pelos titulares das secretarias de Estado, fundações, autarquias ou órgãos autônomos, considerando-se as responsabilidades de cada pasta, bem como os aspectos formais existentes entre membros do Poder Legislativo e os titulares dos referidos órgãos;

nº 4.057/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis que participaram de operação de relevante valor para a sociedade, no dia 2/9/2019 nesta capital, que resultou na prisão de três flanelinhas, autores de furtos e extorsão na região Oeste.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente – Carlos Pimenta – Léo Portela – Delegado Heli Grilo.

**ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 10/9/2019**

Às 14h39min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Coronel Henrique, Inácio Franco, Betinho Pinto Coelho e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Coronel Henrique, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Lucimar de Carvalho Medeiros, engenheira agrônoma do Departamento de Fitotecnia da Universidade Federal de Viçosa, encaminhando matéria sobre a fiscalização de agrotóxicos apresentada na 90ª Semana do Fazendeiro; e da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, convidando para participar da audiência pública que ocorrerá no dia 19/9/2019, com a finalidade de debater, com a presença das Comissões de Agropecuária e Agroindústria, de Direitos Humanos e de Saúde, os prejuízos causados à comunidade escolar dos municípios atendidos pela MG-280, tendo em vista a precariedade em que se encontra. Comunica também o recebimento de ofício do Sr. Antônio Leite dos Santos Filho, diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte, publicado no *Diário do Legislativo* em 27/8/2019. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 973/2019, em turno único, do qual designou como relator o deputado Gustavo Santana. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.115/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater o possível decreto de privatização da CeasaMinas;

nº 4.142/2019, do deputado Betinho Pinto Coelho, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater as questões de licenciamento ambiental e da cadeia produtiva do polvilho, especialmente nos Municípios de Conceição dos Ouros e Cachoeira de Minas;

nº 4.144/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja realizada audiência de convidados para a entrega do voto de congratulações com o professor Romário Cerqueira Leite, profissional que por mais de 40 anos contribuiu com o estudo de controle de carrapatos e das doenças por eles transmitidos, pelo reconhecimento e homenagem recebidos com a utilização de seu nome na denominação de uma espécie de carrapato, o *Amblyomma romarioi*;

nº 4.145/2019, dos deputados Coronel Henrique, Inácio Franco, Betinho Pinto Coelho e Gustavo Santana, em que requerem sejam informados à Mesa da Assembleia Legislativa os temas priorizados pela Comissão de Agropecuária e Agroindústria para as reuniões de prestação de informações sobre a gestão do secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável relativa ao segundo quadrimestre de 2019;

nº 4.148/2019, dos deputados Coronel Henrique, Inácio Franco, Betinho Pinto Coelho e Gustavo Santana, em que requerem sejam informados à Mesa desta Casa os temas priorizados pela Comissão de Agropecuária e Agroindústria para as reuniões de prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento relativa ao segundo quadrimestre de 2019.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2019.

Coronel Henrique, presidente – Betinho Pinto Coelho – Tito Torres.



**ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 10/9/2019**

Às 16h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Thiago Cota, Fábio Avelar de Oliveira e Virgílio Guimarães, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Thiago Cota, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário, Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos n.ºs 2.616, 2.664, 2.665 e 2.666/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

n.º 3.938/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater a adoção de medidas para a retomada do crescimento econômico no Estado;

n.º 3.961/2019, do deputado Cleitinho Azevedo, em que requer seja realizada audiência pública para debater o teor da Portaria n.º 33, de 2018, publicada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais com fundamento na Lei n.º 22.839, de 2018, que dispõe sobre a prática de atividades da área de competência de bombeiros militares por voluntários, profissionais e instituições civis;

n.º 3.981/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater a adoção de medidas para fomentar a mineração de calcário em municípios como Pains, Arcos e Córrego Fundo, buscando assegurar o desenvolvimento econômico e a promoção de emprego nessas regiões;

N.º 3.992/2019, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja realizada audiência pública para debater a nova perspectiva do Vetor Norte em virtude da ampliação dos voos do Aeroporto de Confins decorrente da operação da Azul de ampliação de destinos domésticos e internacionais;

N.º 4.158/2019, dos deputados Fábio Avelar de Oliveira, Thiago Cota e Virgílio Guimarães, em que requerem sejam enviados à Mesa desta Casa os temas priorizados pela Comissão de Desenvolvimento Econômico para as reuniões de prestação de informações sobre a gestão do secretário de Estado de Planejamento e Gestão relativa ao 2º quadrimestre de 2019;

É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento n.º 4.124/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater as possibilidades de retomada das obras do complexo laboratorial do Instituto Senai de Inovação, no Município de Itajubá, com potencial para se estabelecer como maior laboratório de infraestrutura do setor elétrico da América Latina.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2019.

Thiago Cota – Virgílio Guimarães – Glaycon Franco.

**ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS E DOS RECURSOS HÍDRICOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 11/9/2019**

Às 15h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Gustavo Valadares e Noraldino Júnior (substituindo os deputados Gil Pereira e Roberto Andrade, respectivamente, por indicação da liderança do BSMG) e Professor Irineu (substituindo o deputado Leandro Genaro, por indicação da liderança do BLP), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o



presidente, deputado Professor Irineu, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.249/2019, dos deputados Gil Pereira, Gustavo Valadares, Noraldino Júnior e Professor Irineu, em que requerem sejam informados à Mesa desta Casa os temas priorizados pela Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos para as reuniões de prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável relativa ao segundo quadrimestre de 2019;

nº 4.250/2019, dos deputados Gil Pereira, Gustavo Valadares e Noraldino Júnior, em que requerem sejam informados à Mesa desta Casa os temas priorizados pela Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos para as reuniões de prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico relativa ao segundo quadrimestre de 2019;

nº 4.252/2019, dos deputados Gil Pereira, Gustavo Valadares e Noraldino Júnior, em que requerem sejam informados à Mesa desta Casa os temas priorizados pela Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos para as reuniões de prestação de informações sobre a gestão da Cemig relativa ao segundo quadrimestre de 2019.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2019.

Gil Pereira, presidente – Betinho Pinto Coelho – Coronel Sandro.

#### **ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 12/9/2019**

Às 14h44min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Cleitinho Azevedo (substituindo o deputado João Leite, por indicação da liderança do BSMG) e Sávio Souza Cruz (substituindo o deputado João Magalhães, por indicação da liderança do BMTH), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.288/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – pedido de providências para que sejam apuradas denúncias em desfavor do Sr. Marcos Lopes Brandão, diretor-geral do Presídio Sebastião Sátiro, no Município de Patos de Minas, quanto ao suposto uso indevido de veículos oficiais e viaturas, ausência de providências em relação a comunicado interno quanto à localização de uma faca em meio a pães fornecidos à unidade, descumprimento de escala de plantões e rasuras em folha de assinaturas de detentos em prisão domiciliar;

nº 4.289/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que, nas situações em que for o radiopatrulhamento, pela instituição, unitário seja garantido ao policial militar a devida segurança para realizar sua atribuição, observando-se o horário, local e área de policiamento, em observância ao princípio de supremacia de forças, que vigora na PMMG há mais de dois séculos;

nº 4.290/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para combater situações de imposição de escalas de serviço desfavoráveis, como forma de represália, aos militares que apresentaram atestado médico e que, conseqüentemente, se ausentaram do serviço, haja vista que tal prática compromete o devido descanso e o sadio convívio familiar do policial militar;

nº 4.291/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para o aperfeiçoamento dos trâmites administrativos na instituição militar referentes aos procedimentos de permuta entre policiais militares, estabelecendo-se uma política pública que favoreça e dê celeridade às permutas, na qual deve ser considerado que os recursos humanos da instituição são o bem de maior valor da PMMG, que a família constitui a base da sociedade e requer especial proteção do Estado (art. 226 da Constituição da República), bem como que as permutas possibilitem que os policiais exerçam suas atividades em localidades próximas de seus familiares;

nº 4.292/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a ocorrência de repasses de recursos especificamente à Apac de Passos em dezembro de 2018 e, sendo o caso, sobre o valor efetivamente repassado à associação, uma vez que, em resposta ao Requerimento nº 11.684/2018, de autoria deste parlamentar, a Superintendência de Planejamento, Orçamento e Finanças informou que em dezembro de 2018 houve repasses de recursos às Apacs e Fbacs, que mantêm termo de colaboração com o Estado, encaminhando a esta Casa planilha com o demonstrativo de pagamentos executados, da qual constam 43 associações que receberam recursos do Estado para manutenção de suas atividades, sem que se esclareça se a Apac de Passos foi contemplada;

nº 4.293/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que sejam convocados, o mais brevemente possível, todos os aprovados no certame referente ao Edital nº 02/2018, destinado ao provimento de cargos de escrivão de polícia, uma vez que, conforme Ofício nº 223/2019, encaminhado pelo Sindicato dos Escrivães de Polícia de Minas Gerais – Sindep-MG –, constata-se que, após terem ocorrido aposentadorias, demissões, exonerações e mortes, há 344 cargos de escrivão de polícia vagos, o que em muito compromete o andamento e o cumprimento das funções institucionais da Polícia Civil de Minas Gerais;

nº 4.294/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater a segurança pública no Município de Santo Antônio do Rio Abaixo, região em que a população tem sofrido com o aumento da violência e da criminalidade;

nº 4.296/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Fazenda, à Secretaria de Estado de Governo e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para atender, com a máxima urgência, o apelo de dar seguimento aos concursos públicos que se encontram suspensos no âmbito da Polícia Militar de Minas Gerais (CTSP para a Região Metropolitana de Belo Horizonte e CTSP para o interior do Estado) e permitir que o comandante-geral da PMMG convoque o máximo de excedentes dos certames, diante do déficit de policiais militares vivido pela instituição e a necessidade de se manter a supremacia de forças no combate à criminalidade no Estado;

nº 4.297/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que, no momento da realização da distribuição do efetivo policial dos profissionais formados nos próximos cursos de formação em andamento no âmbito dessa instituição, seja dada prioridade à recomposição do déficit de policiais militares que atuam no patrulhamento ostensivo das ruas do Estado, proporcionando-se a diminuição da sobrecarga de trabalho e da cobrança excessiva exercida por comandantes de unidades em relação aos profissionais que atuam em atividades operacionais;

nº 4.298/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam adotadas as medidas necessárias à alteração da escala de serviço do policial militar Natanael Gosmoguete Souza, tendo em vista que ele tem direito à redução da jornada para cuidar de sua filha com deficiência, mas, em razão de dificuldades encontradas em seus horários e atividades, está impossibilitado de dar a sua filha o auxílio indispensável;

nº 4.299/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que o art. 21 da Resolução nº 4285, de 2013, dessa corporação, seja imediatamente cumprido, uma vez que já está extrapolado o prazo de um ano assinalado para a implantação de sistema informatizado de controle de escalas e de carga horária;

nº 4.300/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam apuradas as condutas arbitrárias da Maj. PM Fabiola, comandante da 5ª Companhia de Polícia Militar, a qual não estaria respeitando a carga horária dos policiais militares e o período mínimo de descanso, bem como, como forma de punição, escalando os policiais que apresentam atestados médicos e solicitam alterações no horário de trabalho em turnos diversos dos solicitados e escalando apenas um policial em locais de alta concentração de ocorrências;

nº 4.301/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada visita ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais para que sejam entregues os requerimentos aprovados em decorrência da 32ª Reunião Extraordinária, que debateu a Lei Complementar nº 127, de 2013, que fixa a carga horária semanal de trabalho dos militares estaduais, especialmente quanto à sua aplicação pelos comandantes das corporações, e o lançamento da escala de serviço em que um único policial militar é designado para o policiamento a pé ou em viatura;

nº 4.302/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp –, ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – e à Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de São Lourenço pedido de providências para que sejam apurados os fatos narrados pelo Sr. Luiz Augusto, conhecido como Pocotó, dessa comarca, durante entrevista a um canal de *youtube*, na qual agradece o Sr. Leandro Palmas, diretor prisional, pela confiança em permitir sua saída do presídio para trabalhar desacompanhado de escolta, mesmo estando em regime fechado;

nº 4.303/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que as unidades dessas corporações, localizadas no Município de Fortaleza de Minas, voltem a pertencer à Região Integrada de Segurança Pública – Risp – de Passos, uma vez que a mudança para a Risp de São Sebastião do Paraíso trouxe dificuldades para os cidadãos e prejuízos à segurança de Fortaleza de Minas;

nº 4.304/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam apuradas supostas condutas arbitrárias do Maj. PM Orleans Antônio Dutra, subcomandante do 66º Batalhão de Polícia Militar, uma vez que, segundo informações discutidas em audiência pública da comissão, o Maj. PM Orleans escalaria, nos finais de semana, todos os policiais militares em licença médica ou dispensados, em período de 12 horas a 18 horas, em atividades diversas, como na escolta e guarda de presos;

nº 4.305/2019, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas ao aperfeiçoamento das resoluções da instituição que regulam a jornada de trabalho dos policiais militares, especialmente no tocante ao cômputo do tempo referente ao deslocamento do militar à unidade militar, que ainda não está regulado (alínea “d” do art. 1º da Resolução nº 4.404/2015); e, ainda, que seja computado integralmente o tempo em que os profissionais ficam de sobreaviso (inciso VII do art. 2º da Resolução nº 4.404/2015).

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – Delegado Heli Grilo.

**ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 12/9/2019**

Às 16h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Professor Irineu, Mauro Tramonte e Gustavo Valadares (substituindo o deputado Gustavo Mitre, por indicação da liderança do BSMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Irineu, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Comunica o recebimento de ofício dos deputados estaduais Felipe Souza, presidente da Comissão de Turismo, Fomento e Negócios da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, e Nizo Costa, presidente da Comissão de Indústria, Comércio, Turismo e Serviço da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, e dos Srs. Elzário Pereira da Silva Júnior, presidente da Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais do Turismo – ABBTUR – e Socorro Abreu Sassahara, presidente da ABBTUR Seccional Ceará, que convidam a comissão a participar do Fórum Nacional das Comissões de Turismo das Assembleias Legislativas do Brasil no dia 4 de outubro em Fortaleza. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.111/2019, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja formulado voto de congratulações com Reginaldo Nascimento por ter sua receita sido uma das finalistas no concurso A Melhor Linguíça do Brasil, da Rede Globo, entre mais de 300 receitas;

nº 4.116/2019, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja formulado voto de congratulações com Diego César Modesto Lara por ter sua receita sido a grande vencedora do concurso A Melhor Linguíça do Brasil, da Rede Globo, representando bem o Município de Pratápolis e o Estado e reforçando o valor de nossa cultura e tradição gastronômica;

nº 4.117/2019, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja formulado voto de congratulações com Saulo Serpa Mansur por ter sua receita sido selecionada uma das finalistas no concurso A Melhor Linguíça do Brasil, da Rede Globo, entre mais de 300 receitas, representando bem o Estado e reforçando o valor de nossa cultura e tradição gastronômica;

nº 4.306/2019, dos deputados Mauro Tramonte, Gustavo Valadares e Professor Irineu, em que requerem sejam informados à Mesa desta Casa os temas priorizados pela Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia para a prestação de informações relativas à gestão da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo no segundo quadrimestre de 2019;

nº 4.307/2019, do deputado Gustavo Mitre, em que requer seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega do voto de congratulações com Sr. Gustavo Henrique Rocha Bicalho e sua equipe pela realização da 15ª edição do Festival de Gastronomia Prato da Casa, realizado no Município de Divinópolis;

nº 4.308/2019, do deputado Gustavo Mitre, em que requer seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega do voto de congratulações com os Srs. Jove Gérson Nogueira de Araújo Filho, Fernando César de Freitas Nogueira Júnior e André Oliveira Naufel de Toledo, sócios-administradores da Roine Produções e Eventos Ltda, pela realização da 8ª edição do evento O Funeral da Porca, no Município de Itaúna;

nº 4.309/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a relevância da Semana do Turismo e da Música de Itabira;

nº 4.310/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Marcelo Alvaro Antônio, ministro do Turismo, pela conquista da vaga pelo Brasil no Conselho Executivo da Organização Mundial do Turismo.

A presidência, nos termos do § 4º do art. 131 do Regimento Interno, destina esta fase da reunião para ouvir o Sr. José Dom Carlos Alves dos Santos, secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciências, Tecnologia, Inovação e Turismo de Itabira.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de setembro de 2019.

Professor Irineu, presidente – Gustavo Mitre.

#### **ATA DA 2ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 16/9/2019**

Às 14h28min, comparecem ao Plenário a deputada Celise Laviola e os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Charles Santos, Guilherme da Cunha e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Antonio Carlos Arantes, Gil Pereira, Gustavo Valadares, Betinho Pinto Coelho, Cássio Soares, Fernando Pacheco e Bartô. Havendo número regimental, o presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a relevância da Constituição Mineira para a formulação e implementação das políticas públicas em nosso Estado, bem como para a consolidação da democracia ao longo dos 30 anos de sua promulgação. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende o debate público. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria Coeli Simões Pires, professora doutora da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – e Monica Sette Lopes, vice-diretora da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –; e o Sr. Antonio Anastasia, 1º-Vice-Presidente do Senado Federal. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2019.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente – Celise Laviola – Betão – Charles Santos – Zé Reis – Guilherme da Cunha – Coronel Sandro.

#### **ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 17/9/2019**

Às 16h1min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Thiago Cota, Glaycon Franco e Virgílio Guimarães, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Thiago Cota, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 4.124/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater as possibilidades de retomada das obras do complexo laboratorial do Instituto Senai de Inovação, no Município de Itajubá, com potencial para se estabelecer como maior laboratório de infraestrutura do setor elétrico da América Latina. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a

presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2019.

Thiago Cota, presidente – Virgílio Guimarães – Glaycon Franco.



## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 10 horas do dia 20 de setembro de 2019, destinada à realização da plenária final do Parlamento Jovem de Minas 2019.

Palácio da Inconfidência, 19 de setembro de 2019.

Agostinho Patrus, presidente.



## **TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**

### **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 937/2019**

#### **Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas**

##### **Relatório**

De autoria do deputado Léo Portela, a proposição em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação de Reabilitação Valorizando a Vida, com sede no Município de Uberlândia, e foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

##### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 937/2019 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Reabilitação Valorizando a Vida, com sede no Município de Uberlândia, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo promover a reabilitação e a inclusão social de seus associados.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou o atendimento integral das exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com seu estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, prestar apoio social e familiar aos assistidos; estimular o trabalho comunitário; encaminhar os assistidos para cursos de capacitação; e promover eventos sociais e esportivos visando sua reintegração social.



Tendo em vista o trabalho desenvolvido pela Associação de Reabilitação Valorizando a Vida, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 937/2019, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2019.

Gustavo Mitre, relator.



## PRONUNCIAMENTOS

### DISCURSOS PROFERIDOS NA 83ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 17/9/2019

O deputado Delegado Heli Grilo – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu quero usar a tribuna aqui hoje para falar ou praticamente para narrar uma tristeza que nós sentimos ontem; não só eu, mas todos os deputados ligados à bancada da segurança pública, incluindo o deputado Bruno Engler, o deputado Sargento Rodrigues, o deputado Coronel Sandro, a deputada Sheila e os deputados federais Léo Motta, Subtenente Gonzaga e Cabo Junio Amaral. Nós tivemos uma tarde de reunião com o governo, começamos por volta de 14 horas e ali, por volta de 17 horas, 19 horas, pediram um tempo para conversar com o governo, o secretário de Planejamento e o secretário de Governo. Estavam presentes a essa reunião todas as nossas representatividades da segurança pública, sindicatos, associações e ainda o comandante-geral, o chefe de polícia e o secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais.

Nós começamos uma reunião até salutar; rapidamente eles entenderam que estavam fazendo cálculo errado, numa correção apontada pelo Sargento Rodrigues. Eles refizeram no momento e entenderam que deveriam fazer uma recomposição salarial e não dar um aumento de salário. Devemos sempre esclarecer isso, é um direito do servidor da segurança pública principalmente. A defasagem de 28,82% foi levantada pela comissão contábil desta Casa para o deputado Sargento Rodrigues. Nós ficamos ali, discutimos algumas paralisações e, por volta de 19 horas, eles foram ao local onde se encontrava o governador para tratar das questões que nós estávamos ali reivindicando. Foram feitas algumas tentativas e outras. Estávamos indo até bem. Eles saíram, e nós ficamos aguardando. Por volta de 21 horas, duas horas depois, voltaram. Para tristeza geral – eu me lembrei daquela velha história do balde de água fria na cabeça de todos nós –, o secretário de Governo, que até então todos colocavam como uma pessoa hábil, capaz de fazer uma negociação nesse sentido, disse que não havia mais nada para nos colocar, que o que ele havia proposto era fazer uma recomposição em setembro do ano que vem, em setembro de 2021, em setembro de 2022 e em março de 2023. Mas isso sem definir índice. Como você faz uma negociação sem definição de índices e ainda sem marcar a data que enviaria a esta Casa o projeto de lei para que pudesse ser votado?

Então foi uma decepção geral. Eu, que não sou muito de pensar como pessimista, como derrotado, aprendi sempre que retroceder nunca, render-se jamais. E nós todos ficamos ali estupefatos com aquela decisão. Nós estávamos esperando o secretário chegar e definir os índices e a forma como faria a recomposição.

Enquanto eles saíram, nós ficamos ali discutindo uma tentativa de impedir que eles diminuíssem esse primeiro prazo de um ano, mas, muito pelo contrário, jogaram uma ducha de água fria em nós, deixando-nos a todos muito decepcionados, e também as entidades de classe que ali estavam, os policiais civis e militares, os membros dos bombeiros, do sistema prisional socioeducativo que estavam lá, no pátio, desde as 14 horas. Por volta de 20 horas, todo mundo já estava cansado, sem alimentação adequada, sem lanche, deitado no gramado da Cidade Administrativa, deitado no cimento da Cidade Administrativa, esperançoso de que, lá dentro, na discussão, na negociação, pudesse sair algo importante para todos nós que somos do corpo de segurança pública.



Aquilo foi desastroso para todos nós. A nossa única alternativa foi descer e colocar para muitos que ali estavam e que até duvidavam da nossa discussão, do nosso empenho lá dentro... Nós ficamos das 14 horas, vereadora Marília, até as 22 horas, cansados, esperançosos e fomos praticamente jogados ao relento naquela discussão, e nada de uma decisão favorável.

Então, eu deixo aqui o meu repúdio. Foi uma tarde difícil, mas, como eu disse: render nunca e retroceder jamais. Nós continuaremos a nossa luta, nós continuaremos buscando essa recomposição, que é direito de todos, membros do corpo de segurança pública. Pois não, deputado.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)\* – Quero, primeiro, cumprimentar V. Exa., deputado Delegado Heli Grilo, e dizer que a fala de V. Exa. retrata fielmente o que nós vivenciamos ontem, numa reunião que se iniciou às 14 horas, com o secretário Otto Levy, de Planejamento, o secretário Bilac Pinto, de Governo, com a presença do comandante-geral da Polícia Militar, do comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar, do chefe da Polícia Civil e do secretário de Segurança Pública.

Os deputados estaduais Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo, Bruno Engler, Delegada Sheila, Coronel Sandro e os deputados federais Leo Motta, Subtenente Gonzaga e Júnio Amaral, com 15 entidades de classe e sindicatos, ficaram sentados à mesa durante 6 horas, ou melhor, 7 horas negociando com o governo. Eu disse hoje, na Comissão de Segurança Pública, que ocuparia a tribuna, e aqui, num aparte a V. Exa., repito: infelizmente o governador trouxe para a Secretaria de Governo o deputado federal Bilac Pinto, que, neste momento e nessa negociação, parece que está longe e muito distante da realidade e do que se passa aqui, em Minas Gerais, mas muito longe, muito distante do que está se passando com as forças de segurança pública.

Eu disse mais cedo, na comissão, mas nunca é demais repetir, deputado Delegado Heli Grilo: foram 4 anos e 8 meses sem reposição da perda inflacionária, 3 anos e 8 meses de parcelamento, o que levou ao endividamento dessas famílias. As forças de segurança pública hoje vivem uma situação dramática com a falta de efetivo, e a sua consequência é a sobrecarga de trabalho desses servidores da segurança pública.

Então eles estão vivendo um momento de endividamento no cartão de crédito, no cheque especial. Eles não suportam mais. Além disso, estão vivendo o adoecimento de toda a tropa. Quando eu falo “tropa”, eu estou me referindo aos homens e mulheres de rua, de ponta da linha, de chão de fábrica, que realmente carregam a segurança nas costas. Deputado Heli Grilo, o deputado Bilac Pinto está com uma frieza, com um calculismo distante da realidade. Ele está precisando sair de trás da mesa, do ar-condicionado, ir às ruas, andar no meio do povo, sentir o cheiro do povo, para entender o ambiente com que nós estamos nos deparando.

Os policiais civis, militares, bombeiros, agentes penitenciários e socioeducativos não aguentam mais viver essa situação.

E quero aqui, deputado Heli Grilo, trazer o seguinte. Se um procurador de justiça, como todos nós tomamos conhecimento, não está conseguindo viver com R\$24.000,00 líquidos e um salário de R\$65.000,00 por mês, imagine um investigador, um soldado e um agente, que recebem R\$3.500,00 líquidos, em duas vezes. Então o desespero bate às portas dos servidores da segurança pública, e o secretário de Governo está longe, muito frio. Eu acho que talvez a origem do secretário, talvez o afastamento dele, distante do povo, o tenham levado a tomar aquela decisão de “barrigar”, porque não há negociação salarial, deputado Heli Grilo, não há negociação quando você não conhece o índice. Imaginem nós esperarmos até setembro do ano que vem. O governo falou: “Eu assumo a responsabilidade de pagar a perda inflacionária”. Quando chegar setembro de 2020, daqui a um ano, os servidores terão esperado 5 anos e 9 meses para ter a primeira parcela de reposição. E aí o governo fala: “Olhe, eu vou dar 3%, 5%”. Qual garantia nós temos de que o governo fará uma recomposição com uma primeira parcela justa? Nenhuma. Não há negociação salarial quando você não conhece minimamente o índice e muito menos a primeira parcela daqui a um ano.

Governador Romeu Zema, o secretário Bilac Pinto está distante da realidade. Governador Romeu Zema, o senhor tinha neste deputado um deputado que estava pronto para ajudar, pronto. E agora o senhor tem neste deputado um deputado que obstruirá as matérias do governo. Este recado é para o governador Romeu Zema e para o secretário de Governo Bilac Pinto, que demonstrou total falta de habilidade e sensibilidade com o servidor da segurança pública.

Parabéns e obrigado, deputado Heli Grilo.

O deputado Delegado Heli Grilo – Olhe, V. Exa. disse muitas coisas importantes. Não se referiu e nem precisaria dizer que nós temos hoje, da segurança pública, 32 autoextermínios de pessoas que não aguentaram o endividamento, o parcelamento. Fizeram com que eles fossem aos bancos, retirassem dinheiro para dar conta de sustentar a sua família e o seu lar, para não saírem para a batalha campal e deixar mulher e filhos sem saber o que teriam para se alimentar. E vem o secretário, que assumiu praticamente há 10, 15 dias, e joga um balde de água fria em todas as nossas reivindicações.

O deputado Coronel Sandro (em aparte)\* – Muito obrigado, deputado Heli Grilo. Quero parabenizar o deputado Sargento Rodrigues e V. Exa. pelas suas falas.

Ontem, realmente, seria um dia para que nós todos saíssemos comemorando lá da reunião com o governo, e foi uma decepção total. Se esse primeiro teste de negociação do secretário de Governo Bilac Pinto... Eu não sei o teor da conversa que ele teve com o governador naquele momento em que se afastou do local da reunião e que nós ficamos aguardando. Mas, secretário, devo dizer uma coisa para o senhor: se o senhor disse para o governador “Pode deixar que eu seguro essa”, não faça isso, porque o senhor vai cair do cavalo, não faça isso. Não faça, porque há mais de cinco anos, que se completarão em setembro, os servidores da segurança pública estão sem reajuste.

E, quando a gente fala aqui da penúria e das dificuldades por que os militares, investigadores, bombeiros, agentes socioeducativos e agentes penitenciários estão passando, não é só isso que deve chamar a atenção de quem tem que tomar uma decisão em relação a esse assunto, que é o governador do Estado. A gente bate na tecla aqui de que segurança é acima de tudo uma forma de fazer com que o Estado avance no desenvolvimento econômico. Por que isso, deputado Delegado Heli Grilo? Quando o fiscal da receita tem que ir lá tomar uma medida mais dura, quem é que garante o poder de polícia dele?

É o policial militar ou é o policial civil. E quando o agente da Vigilância Sanitária vai lá para exercer o seu poder de polícia? É o policial da segurança pública, seja ele militar ou civil. Então nós garantimos a segurança de todos, inclusive daqueles que têm poder de polícia administrativa, mas não podem usar a força legal. A segurança pública, com os seus operadores, é que usa essa força legal para proteger os demais prepostos do Estado no exercício da sua função. Então esse operador de segurança pública tem que estar bem – bem remunerado, fisicamente bem, psicologicamente bem.

Então nós estamos aguardando. Não podemos estar num processo de negociação sem que a gente saiba o índice. É o mínimo. Pode-se dizer: “Já nos comprometemos. E o Estado já se comprometeu. Em quatro anos a gente vai fazer a reposição das perdas”. Ótimo, não temos que reclamar disso. Só que, lá na base, nós temos um número grande de profissionais que querem saber o índice. E por que setembro? Não se pode antecipar para julho, para março, para janeiro?

Então sem luta não há conquista, e nós estamos nesta e não vamos desistir. Fica aqui o meu registro, a minha indignação pelas mais de sete horas de negociação, que não desencadearam, não chegaram onde nós queríamos. De forma negociada, a gente entende isso.

Então é isso. Concluindo, parabéns a V. Exa. pela manifestação e por ter participado lá na negociação conosco. Igualmente ao deputado Sargento Rodrigues, que aqui se faz presente, e ao deputado Bruno Engler. Os dois se fazem presentes. E mais outros deputados estaduais e federais estavam lá. Muito obrigado.

O deputado Delegado Heli Grilo – Sr. Presidente, para encerrar, eu gostaria de mandar um pequeno recado. Se o secretário de Governo, porque iniciou agora, queria mostrar serviço ao governador do Estado, desculpe-me, secretário, o senhor prestou um desserviço, porque, neste estado, o governo não aguenta uma paralisação da Polícia Civil, da Polícia Militar, e muito menos do sistema prisional e socioeducativo. Porque aí viraria o caos neste estado. Não aguenta.

Devolvo a palavra, Sr. Presidente.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Carlos Pimenta\* – Meu caro presidente Antonio Carlos Arantes, Sras. Deputadas, senhores companheiros deputados, imprensa. O meu abraço à população de Minas Gerais, que nos ouve na tarde desta terça-feira.

Sr. Presidente, eu quero inicialmente hipotecar o meu apoio e a minha solidariedade aos deputados que aqui me antecederam, de uma maneira especial ao deputado Heli Grilo, ao deputado Sargento Rodrigues e ao Coronel Sandro, que participaram dessa importante reunião com o governo, trazendo um assunto que é sério e que é grave, um assunto que tem uma história aqui na Casa de muitos anos. A Polícia Militar e a Polícia Civil precisam efetivamente de um tratamento especial, bem como todos os servidores do Estado na área da educação, na área da saúde. Mas nós estamos falando de uma polícia correta, de uma polícia que tem um trabalho espetacular aqui no nosso estado, e que tem alcançado índices que realmente trazem uma tranquilidade ao povo de Minas Gerais.

Eu espero que o governo de Minas, o governador Romeu Zema possa ter a sensibilidade de se assentar com os policiais, com as lideranças, encontrar uma solução, e, por fim, colocar um ponto final nessa história que já dura tantos anos.

Passou o governo Fernando Pimentel sem sequer ouvirem os funcionários do Estado de Minas Gerais, enganaram de maneira covarde o funcionalismo da educação, prometendo o que não tinham para dar, fazendo anúncios do que não podiam cumprir. E foram quatro anos enrolando o funcionário do Estado. Eis que agora o governador Zema pega essa batata quente nas suas mãos, essa bomba com o estopim chiando. Espero que o governo de Minas possa, dentro de um prazo bastante razoável, resolver essas questões, porque o funcionário de Minas trabalha, e trabalha com amor, seja ele da educação, da saúde, da segurança ou de qualquer outro setor. E ele precisa ter esse reconhecimento. Não é culpa do funcionário de Minas a situação que nós estamos vivendo. Eu espero que Minas possa resolver essa questão da Lei Kandir, que possa recuperar as suas finanças e possa apresentar um plano de governo. Porque até então estamos vendo apagar fogo aqui, apagar fogo ali, colocar pano quente ali, sem ter nada de concreto para que a gente possa ter uma esperança de que Minas dê a volta por cima e saia dessa lama, desse atoleiro, desse espinheiro que estamos vivendo, porque nem o funcionário merece nem o povo de Minas aguenta mais. Fica aí o nosso ponto de vista e o nosso apoio aos servidores de Minas Gerais em todos os setores e a nossa solidariedade à Polícia Civil, à Polícia Militar, aos bombeiros, aos agentes penitenciários, aos servidores da segurança pública do nosso estado.

Quero, presidente, também abordar um tema que nos traz uma preocupação muito grande. O ministro do Desenvolvimento Regional, o Sr. Gustavo Canuto, esteve em Montes Claros no final da semana passada, com o governador Zema, prestigiando a Feira Nacional de Indústria, Comércio e Serviços, a Fenics, uma feira fantástica, que realmente mostra a pujança da indústria e do comércio de Montes Claros e do Norte de Minas. Nessa audiência pública em que estiveram presentes todos os deputados do Norte de Minas e da região, o ministro Gustavo Canuto veio anunciar algumas obras importantes, e espero que essas obras não sejam fruto da presença do ministro e de sua empolgação, mas que sejam anúncios de obras que realmente estarão presentes e voltadas para o Norte de Minas.

Primeiro, a duplicação da BR-251, uma BR que liga Montes Claros até a Rio-Bahia, pouco mais de 350km, e que transporta toda a economia, todo o volume de cargas do Nordeste brasileiro, que passa por essa BR-251, uma BR que foi construída há muitos anos e recebe apenas, e de vez em quando, obras de tapa buraco e melhoramento. Mas a obra de duplicação dessa BR nunca foi anunciada da forma como deveria. Então, nós queremos que as autoridades – estou vendo aqui o deputado Gil Pereira, a quem vou conceder aparte –, deputados federais, prefeitos, senadores, a bancada nossa do Norte de Minas possam passar a limpo esse anúncio.

Porque vamos duplicar a BR-251, que é uma obra de quase R\$2.000.000.000,00, seguramente, no mínimo, por baixo, pois ela vai ter trechos muito importantes, muitas obras de arte. Espero que essa obra possa, Gil, fazer parte do calendário oficial do governo federal. Cabe a nós promover debates – vamos ter que fazer esses debates – e pesquisar fundo a origem e segurança desse anúncio.

Anunciou também a construção do Anel Rodoviário de Montes Claros, uma obra que a gente tem também debatido muito. Sei que muitos de nós aqui temos cobrado esse anel rodoviário e a melhoria viária de Montes Claros até o Porto de Ilhéus, que vai trazer duplicações, benefícios e restaurações. São obras estruturantes da região do Norte de Minas.

Então, quero manifestar o meu contentamento e manifestar que, agora, temos que fazer o dever de casa, o debate aqui e o debate em Brasília. Já estive com o deputado federal Delegado Marcelo Freitas, que vai convidar a nossa bancada para estar em Brasília para a gente passar a questão a limpo, porque não basta anunciar. Queremos o anúncio e também a segurança da construção e a garantia dessas obras.

O deputado Gil Pereira (em aparte)\* – Quero parabenizar o deputado Carlos Pimenta pelo pronunciamento e dizer que comungamos com todos esses benefícios, pelos quais lutamos daqui da tribuna, indo a Brasília, na visita do governador, do ministro e do presidente da Codevasf. Fiquei muito seguro, deputado Carlos Pimenta, em relação à questão do anel rodoviário, porque, com essa Eco 135, eles são obrigados, como acertamos, a fazer os melhoramentos no Norte de Minas. Então, a nossa primeira solicitação foi complementar o Anel Rodoviário Norte, de Montes Claros, porque é onde passam as BRs 135, 365 e 251. A BR-251, embora o ministro tenha ido lá, pode ser privatizada pelo governo federal, assim como a BR-135. Acho que tirar do Tesouro, que não tem dinheiro para as universidades federais, para os Ifets, é muito difícil se não for pela privatização.

Esteve lá também o novo presidente da Codevasf, Marcelo, e cobramos, em Janaúba – estivemos em Janaúba com ele –, o término daquela obra importante, deputado Carlos Pimenta, que V. Exa. muito bem conhece – trabalha também por ela –, o projeto Gurutuba. Já foram gastos lá R\$35.000.000,00 com a canalização, e precisamos de mais R\$35.000.000,00 para completar e não desperdiçar 40% da água, que já é pouca, do Gurutuba.

Por final, a questão da Barragem de Jequitaí, sobre a qual já falamos três vezes com o ministro Gustavo Canuto e agora com o Marcelo, presidente da Codevasf, o qual fiquei conhecendo em Janaúba e a quem solicitei que possa agilizar a licitação dessa importante barragem para o Norte de Minas, para Minas Gerais. Muito obrigado. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O deputado Carlos Pimenta\* – Obrigado pela contribuição, pelo seu aparte. Entendo, meu caro deputado Gil Pereira, que de anúncios, não vou dizer mentirosos, mas de anúncios que não se concretizam já estamos cheios. Em relação a barragens, o Norte de Minas espera a Barragem de Jequitaí há tantos e tantos anos. Anunciam daqui, anunciam dali, e ela não sai.

O Gurutuba está aí do mesmo jeito. É preciso que essas autoridades, se querem, efetivamente, o desenvolvimento... É um plano macro, que envolve o Norte de Minas, o Norte do Espírito Santo e os estados nordestinos.

Se nós não tomarmos cuidado, se nós não ficarmos espertos, o pessoal lá do Norte, do Nordeste brasileiro vai levar tudo, como sempre está levando. Eles acham que o Norte de Minas faz parte da região do Sudeste, que não precisa, são intrusos, estão querendo tudo, e acaba nada indo lá para a nossa região. Então, nós vamos passar isso a limpo.

Eu quero cumprimentar o deputado federal Marcelo Freitas por essa iniciativa de irmos à Brasília e termos, efetivamente, um anúncio. Outra fato importante aconteceu no Norte de Minas. A região, o prefeito Humberto Souto recebeu uma comitiva dos chineses. Quando se fala em comitiva, a gente acha que são uns três ou quatro, mas apareceram uns 40 chineses, que estão, efetivamente, querendo investir na região. O projeto da construção no Vale das Cancelas, grande projeto de exploração do minério de ferro, vai construir o mineroduto, ligando o Norte de Minas ao Porto de Ilhéus.

Em relação à exploração do ferro, eles também anunciaram uma barragem de rejeitos. Escute aqui, presidente da Comissão de Meio Ambiente. Falaram que vão fazer uma barragem de rejeitos, lá na região, 80 vezes superior e maior do que a de Brumadinho, que causou essa confusão toda.

Portanto, a gente tem que escutar isso aqui e tomar as nossas providências. Eu quero trazer essa discussão aqui para dentro da Casa. Nós não podemos... Temos que aplaudir. Serão bilhões de dólares que serão investidos. Serão dezenas de centenas de milhares de empregos diretos e indiretos, mas eu acho que a gente tem que ter esse cuidado. Nós queremos o desenvolvimento do

Norte de Minas. Nós queremos que o ferro daquela região seja explorado. Nós queremos a geração de divisas de lucros, de recursos, de empregos para região, mas isso não pode ser às custas desse querer, dessa vontade que a gente tem do desenvolvimento.

O senhor também já participou de vários debates do grupo SAM. Eu também já participei e aplaudo. Em princípio, nós aplaudimos, mas nós vamos ficar com um pé na frente e outro atrás, porque é necessário que tecnologias modernas sejam aplicadas. E pelo que eu ouvi dizer, serão barragens de rejeitos do minério, como está acontecendo na região. Isso merece e tem que merecer uma discussão aprofundada, Gil. Nós não podemos simplesmente ficar empolgados, eufóricos. Nós não vamos transformar o Vale das Cancelas, a região de Grão Mogol, o Norte de Minas num novo palco, num novo cenário de um desastre premeditado do futuro. Eu acho que isso tem que ser discutido, e Minas tem que ficar muito atenta a esse fato.

A nossa legislação ambiental é muito rigorosa, é muito importante. Eu vejo pessoas importantes, como o João Vítor, que é o presidente da comissão, grande companheiro, que estava presente, para que a gente possa trazer essa discussão aqui para dentro. Que venham os bilhões de dólares do governo da China, dos governos internacionais, mas que sejam acompanhados de muito respeito à nossa legislação, de muito cuidado com o nosso povo e que não sejam cenas ou futuros cenários de situações dramáticas, como aconteceu em Mariana, como aconteceu em Brumadinho. Então, nós estamos com o olho aberto para o dinheiro da China, mas com outro olho aberto para a segurança da nossa região e para os empreendimentos que chegarão ao Norte de Minas. Muito obrigado, presidente.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Bruno Engler – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde àqueles que nos acompanham pelas galerias e pela TV Assembleia e aos deputados aqui presentes.

Assim como os colegas que me antecederam, eu subo a esta tribuna hoje para falar da lamentável reunião que tivemos ontem com o governo de Minas para tratar da perda inflacionária dos servidores da segurança pública. Chegamos à Cidade Administrativa às 14 horas: eu, o Delegado Heli Grilo, a Delegada Sheila, o Coronel Sandro, o Sargento Rodrigues, além de diversos presidentes de associações e deputados federais, entre eles o Subten. Gonzaga, o Cabo Júnior Amaral, o Charles Evangelista e, se não me engano, tinha mais um.

Ficamos lá reunidos, desde as 2 horas, sem avançar em absolutamente nada na negociação com o governo. A primeira coisa que o governo fez foi tentar reduzir o índice de recomposição inflacionária de 28,83 para 23 ponto alguma coisa. Questionamos e dissemos que esse não era o índice. O governo voltou atrás e já classificou isso como uma grande vitória para nós. Tínhamos exatamente o que já tínhamos antes, mas a gente já tinha conquistado muita coisa. Depois...

E aí, disseram para nós que já tínhamos conquistado muito e foram apresentar o cronograma de recomposição com a primeira parcela em setembro de 2020, a segunda em setembro de 2021, a terceira em setembro de 2022 e a quarta e última para 2023. Dividiu essa recomposição em quatro vezes, numa data extremamente longe da que a gente precisa. Em setembro do ano que vem já estarão completados 5 anos e 9 meses de defasagem salarial e não apresentaram percentual do quanto será pago em cada data.

Quer dizer, se o governo quiser pagar 2%, 3% na primeira e deixar o final para a última parcela, que não será mais nem para o governo Zema, mas para o próximo que irá sucedê-lo... Querem jogar no lombo do próximo governo. Ora, uma proposta simplesmente ridícula! A gente disse que essa proposta era inaceitável, e os secretários pegaram o helicóptero e foram conversar com o governador. Voltaram do encontro. E alguma melhoria? Não. Zero. Não conseguiram mudar uma vírgula no encontro com o governador.

Aí eu me pergunto: do que adianta isso, se o governador não consegue movimentar alguma coisa para ajudar a classe da segurança pública, para atender cinco deputados estaduais que estavam ali presentes com essa demanda? Porque o governo acha que não precisa desta Casa e que tem tudo o que quer aqui - a gente já sabe e acho que todos os parlamentares desta Casa sabem. Mas, realmente, o pessoal, para mostrar serviço, mostrar que está bem, joga cinco deputados contra o governador? Olha, se isso é um bom

serviço, imagino o que seja desserviço! É simplesmente lamentável o descaso com os servidores da segurança pública. Observamos isso ontem.

Mas, os senhores que nos acompanham podem ter certeza de que vai ter resposta das forças de segurança pública. Estamos mobilizados para a manifestação do dia 19, às 14 horas, na Cidade Administrativa. E vai ter resposta aqui, nesta Casa também. O governador vai ter que começar a entender que, quando cinco deputados saem daqui para levar uma demanda da segurança pública, é porque essa demanda importa. Não é porque estamos fazendo joguinhos políticos ou porque a gente quer arrancar dinheiro do governador; é porque realmente há uma massa de servidores da segurança pública que precisa dessa recomposição porque está sofrendo muito.

Ao fim do dia, chegando em casa, recebemos mais uma notícia muito triste: um cabo da Polícia Militar foi assassinado em Ibirité. (- Pausa.) O Cb. Sérgio Ricardo Silveira Cavalcanti, 35 anos, assassinado. Ele estava no carro com o irmão, a cunhada e um bebê, e os marginais, de moto, passaram, deram uma rajada de tiros e mataram o militar.

Não se preocuparam com as outras pessoas do carro, não se preocuparam ao menos com o bebê, que, graças a Deus, sobreviveu, apenas com escoriações. Mas o militar foi assassinado, muito provavelmente em virtude da função, assim como muitos outros servidores da segurança pública, que têm um alvo nas costas, pois está cheio de criminosos querendo matá-los por realizarem o seu trabalho. É por isso que a gente cobra o respeito e cobra a valorização.

E qual não foi a nossa surpresa quando, em uma notícia postada sobre o lamentável assassinato desse policial, um servidor da Secretaria de Educação, professor, Pablo Emanuel, comentou: “Parabéns ao menino da moto”, parabenizando o assassino. Olhem a que ponto nós chegamos: um servidor da Secretaria de Educação, um professor comemora o assassinato de um policial militar. Que absurdo é esse? Como a gente deixa uma pessoa dessas ensinar para as nossas crianças? É uma irresponsabilidade, é um desrespeito.

Esse cidadão, graças a um excelente trabalho da Polícia Militar, foi preso por apologia ao crime e irá responder a processo. Mas eu espero do governo de Minas uma resposta firme; eu espero que esse cidadão, além de responder criminalmente, seja exonerado, responda com a sua carreira. Nós não podemos admitir, no nosso estado, que servidores comemorem a morte de um policial militar. É um escárnio com a nossa polícia, com aqueles que dão a vida para nos proteger e que estão sendo tão desvalorizados pelo governo. Muito obrigado.

O deputado Elismar Prado – Deputadas, deputados, os que nos acompanham em casa, aproveite esta tribuna, primeiramente, para deixar o meu apoio incondicional, irrestrito a todos os servidores da segurança pública de Minas Gerais, sejam os policiais, sejam os agentes penitenciários e socioeducativos que estão, já há um bom tempo, reivindicando, de maneira legítima, melhores condições de trabalho, melhores condições de renda, que o pagamento seja feito em dia, que haja uma justa reposição e que o governo seja sensível.

Então, quero deixar aqui, publicamente, a minha posição desta tribuna: sempre apoiamos a luta dos bravos servidores da segurança pública de Minas Gerais. E também fazemos um apelo para que o governador ouça, com mais sensibilidade, todas as reivindicações que foram colocadas pela categoria e também pelos representantes desta Casa, que estão, de maneira muito justa, lutando bravamente em defesa dos servidores da segurança pública. Deixo aqui o meu apoio, bem como o do deputado federal Weliton Prado, que foi, por duas vezes consecutivas, deputado nesta Casa, sempre muito combativo e firme na defesa de todos os interesses dos trabalhadores da segurança pública, que, afinal de contas, é uma questão muito sensível e de grande relevância e interesse de toda a sociedade mineira.

Nós ouvimos aqui, inclusive, presidente, algumas discussões além dessa da segurança pública. São questões muito sensíveis. Tenho aqui hoje a notícia de uma decisão tomada ontem no Supremo Tribunal Federal pelo ministro Dias Toffoli, que restabelece a cobrança da taxa de incêndio pelo governo de Minas Gerais. A gente sabe dessa discussão, que já se arrasta há vários anos no Estado de Minas Gerais. Na época, o governo do Estado criou o que foi chamado de tarifaço. O que é o tarifaço? Tarifaço,



naquele momento, era uma série de medidas, e não só a taxa de incêndio, que foi proposta para ser paga não só pelo comércio e indústria, não; era uma taxa de incêndio, inclusive, para todas as residências, a taxa de incêndio residencial.

É um verdadeiro absurdo. A população já tem direito de ser atendida, já paga os seus impostos, já é brutalmente sacrificada, e o governo, naquele período queria, além da taxa de incêndio para as indústrias e comércio, cobrar taxa de incêndio para as residências. Lembro-me de que participei, à época, nas ruas, fazendo protestos e manifestações. Aqui, nesta Casa, o deputado Weliton Prado lutou bravamente. O mesmo nós fizemos, através de todo aquele movimento, de toda pressão feita, o que causou um verdadeiro escândalo em toda a sociedade. Além da taxa de incêndio, o governo queria cobrar, Cleitinho, imagine só, naquele tarifaço daquela época, taxa de incêndio para as residências. Queria cobrar até para um cidadão fazer um simples boletim de ocorrência. Queria cobrar uma taxa do cidadão. Foi o chamado tarifaço. Então, naquela época, lutamos. Quero parabenizar o deputado Weliton Prado. Conseguimos impedir a cobrança da taxa de incêndio para as residências. Porém, no entanto, ficou estabelecida a cobrança para o comércio e para a indústria.

O problema é que houve, no decorrer de todo esse processo, um desvio dos recursos arrecadados advindos da cobrança da taxa de incêndio, que foi criada justamente para fazer a manutenção dos serviços do Corpo de Bombeiros, que a gente sabe que se encontra em situação realmente muito sensível. Acompanho boa parte das unidades do Corpo de Bombeiros. Eles se encontram com muitas dificuldades para poder manter o seu trabalho. Temos a questão das unidades de resgate, por exemplo. Lá em Uberlândia, conseguimos, no mandato passado, uma unidade de resgate e, com outros deputados, mais quatro. Foram cinco novas unidades de resgate porque simplesmente a população não estava sendo atendida. Os bombeiros iam atender a uma ocorrência, e havia outra, em outra localidade. Não havia como deslocar uma unidade para fazer o atendimento. Conseguimos melhorar as condições do Corpo de Bombeiros de Uberlândia naquele momento, mas hoje a situação se encontra novamente muito séria. O governo simplesmente desvia os recursos que foram criados para atender e estruturar melhor o Corpo de Bombeiros em todo o Estado. Simplesmente esse dinheiro é desviado para outras ações.

Isso é lamentável porque, quando se cria uma taxa, ela tem de estar necessariamente vinculada, ou seja, condicionada à prestação de um serviço. Objetivamente é isso, ela tem de estar vinculada à prestação de um serviço. Então isso é totalmente, na nossa opinião, inconstitucional. Na época, uma série de ações e representações foram colocadas. Inclusive, nós apresentamos também junto ao Ministério Público de Minas Gerais. Existe até uma decisão do Tribunal de Justiça que impede a cobrança da taxa, por entender que é uma cobrança indevida, inconstitucional e ilegal.

Lamentavelmente, numa decisão liminar, o Supremo Tribunal Federal, ontem, suspendeu os efeitos, em cima de um questionamento feito pela OAB, pelos empresários, pelas entidades representativas de classe, de uma decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, restabelecendo... Isso foi provocado pelo governo do Estado, foi o governo de Minas que solicitou, que impetrou e conseguiu essa decisão liminar restabelecendo a cobrança da taxa de incêndio em Minas Gerais.

Acho isso lamentável porque é um sinal de que a gente está vendo, e há muitos outros aqui, de que não vai bem este governo, que se mostra muito insensível. Lutamos aqui, inclusive com o apoio de grande parte dos deputados, em defesa da escola em tempo integral. Nós denunciemos a retirada de recursos de programas importantes de saúde, de educação, enfim.

Enfim, agora os servidores da segurança pública encontram imensas dificuldades em fazer uma discussão séria com o governo, negociando direitos que são de interesse de toda a sociedade. Que as forças de segurança do Estado tenham realmente as condições de fazer bem o seu trabalho, que sejam respeitadas, digo aqui os agentes socioeducativos, os agentes penitenciários, bem como os policiais que se encontram neste momento em extrema dificuldade. Fazemos um apelo aqui e quero deixar registrado que é lamentável que, num momento de crise em que a população está sendo sacrificada, ninguém aguenta pagar mais impostos, o governo de Minas ir à Justiça para restabelecer, para mudar uma decisão já anteriormente tomada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, recorrendo ao Supremo Tribunal Federal, para cobrar a taxa de incêndio de Minas Gerais, sacrificando, ainda mais, os empresários, a



classe produtiva. Entendemos que é inconstitucional, pois, simplesmente, os recursos da taxa de incêndio estão sendo desviados e não são utilizados para estruturar as unidades do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais.

Então, quero deixar registrado aqui, como é uma liminar, espero que haja uma mudança nessa decisão.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)\* – Deputado Elismar, quero cumprimentá-lo pelo tema que o senhor traz a esta tribuna e destacar três coisas complementares dentro do que o senhor está dizendo. Primeiro que o senhor tem razão. A taxa de incêndio aqui em Minas Gerais não é utilizada para combater o incêndio. O dinheiro vai para o caixa único para tampar buraco do governo. A mesma coisa acontece com a taxa de fiscalização minerária, aprovada por esta Casa, no ano de 2011. É dinheiro utilizado para fiscalizar a mineração. Deveria ir para lá, no entanto não vai. Também vai para o caixa único. A questão das barragens, da fiscalização da mineração predatória no Estado, das minerações clandestinas também não é feita, porque esse dinheiro, que deveria ir para essa fiscalização, não é utilizado. Seriam aproximadamente R\$300.000.000,00 por ano.

A mesma coisa, deputado Elismar, está acontecendo também no que diz respeito à água no Estado de Minas Gerais. O governo do Estado cobra uma taxa de esgoto de todo mundo que tem conta de água. Essa taxa supera os 90% do que se paga de água. Primeiro que isso já é um absurdo por si só. Vamos pegar o caso, por exemplo, do deputado Antonio Carlos Arantes, o homem do campo. O senhor é um homem do campo, um homem que vive de perto a realidade do produtor rural. O produtor rural que usa a água da Copasa para o plantio, para a irrigação, gera esgoto? Ela está sendo utilizada para o plantio. Não gera esgoto. Então, por que ele tem de pagar 90% de taxa de esgoto em cima dessa água. É mais um caso de sobretaxa criada pelo governo do Estado para onerar e sacrificar o cidadão e que tem o seu desvio de finalidade. Aliás, temos casos aqui no Estado de Minas Gerais, como o que visitei em Carmo do Rio Claro, em que o governo do Estado cobra do cidadão taxa de esgoto, via Copasa, e ele, governo do Estado, joga o esgoto a céu aberto porque não dá tratamento a esse esgoto.

Então, é só mais uma de muitas maneiras que o Estado tem de nos sobretaxar, de nos cobrar abusivamente impostos em Minas Gerais: um, taxa de esgoto; dois, taxa de incêndio; três, taxa de fiscalização minerária. Nenhuma das três são usadas para a sua finalidade do Estado de Minas Gerais.

O deputado Elismar Prado – Obrigado, deputado João Vítor Xavier. Espero que o governo de Minas não tenha intenção de fazer a reedição do tarifaço, tão combatido aqui nesta Casa. Conseguimos evitar a cobrança de impostos absurdos, como já disse aqui e repito. Naquele pacote do tarifaço estava até a cobrança pelo boletim de ocorrência. A pessoa, para lavrar um boletim de ocorrência, para solicitar à Polícia Militar, teria de pagar uma taxa para obtê-lo. Da mesma forma, naquele pacote do tarifaço, queriam obrigar toda a população, inclusive as residências, a pagar a taxa de incêndio, que já é um direito da população, que paga os seus impostos, repito, que já é muito sacrificada. Realmente, é uma situação lamentável.

Quero aqui novamente deixar a nossa denúncia, o meu lamento quanto ao governo de Minas ter entrado com esse pedido de liminar junto ao Supremo Tribunal Federal para conseguir restabelecer a cobrança da taxa de incêndio no Estado de Minas Gerais. Espero que o governo possa ser sensível, sim, ao Corpo de Bombeiros, que precisa de melhores condições de trabalho, que está sacrificado, que tem uma frota sucateada em boa parte das unidades no Estado de Minas Gerais, mas os recursos arrecadados com a taxa de incêndio – e a justificativa era exatamente equipar a corporação – simplesmente são desviados. Eu lamento essa decisão do Supremo Tribunal Federal, que acho que não foi razoável, e espero que possamos ficar cada vez mais vigilantes e atentos aqui para não vermos em Minas a intenção de um novo tarifaço. A população, principalmente o povo pobre e trabalhador, não aguenta mais. Pagamos a mais alta carga tributária do País em serviços essenciais como energia elétrica: 30% de ICMS mais a cobrança por dentro, pois pagamos imposto sobre imposto, o que ultrapassa 40% da conta. Estamos muito preocupados, de fato, com isso, e o governo, neste momento, ainda está convicto de que deve aderir ao regime de recuperação fiscal do governo federal. É uma imposição. Acho que é uma crueldade, porque, para fazer essa adesão, o governo vai cobrar uma conta muito cara da população e dos servidores também, e não só aqueles da segurança pública e da educação, que estão muito sacrificados também. A gente não pode admitir

retrocesso. A população não pode pagar a conta dessa crise. Precisamos encontrar outros meios, não cortar programas essenciais nem aumentar impostos ou tarifas. Devemos estar muito atentos aqui. Inclusive, com o pedido – já concluo, presidente –, o governo deseja tirar o mecanismo da nossa Constituição do Estado que garante a participação popular. O governo quer simplesmente excluir a população do processo de decisões do Estado alterando a nossa Constituição para que a gente não tenha a figura da consulta pública. Isso é lamentável, porque dessa forma o governo faz as privatizações simplesmente deixando a população totalmente fora das decisões. Então, quero aqui lamentar e dizer que a gente vai ficar vigilante em relação a todos esses assuntos. Obrigado, presidente.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Cleitinho Azevedo\* – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, população presente; boa tarde, servidores desta Casa, deputados e deputadas. Fique à vontade, Noraldino.

O deputado Noraldino Júnior (em aparte)\* – Obrigado pelo aparte concedido, deputado Cleitinho. Eu só queria trazer à discussão e à atualização uma colocação muito bem-feita pelo deputado João Vítor Xavier em relação à taxa de recursos minerais recolhida pelo Estado. Desde o início deste mandato, nós temos conversado com o governo, e na Assembleia Fiscaliza nós conversamos com o secretário Gustavo, de Fazenda, para cobrar a aplicação legal dessa taxa. Deputado João Vítor, nós tivemos duas reuniões com o governo e saímos de lá com um acordo para que a taxa de recursos minerais fosse aplicada de acordo com a legislação aprovada nesta Casa. O deputado João Vítor tem toda razão quando fala aqui que foram aproximadamente R\$350.000.000,00 recolhidos no ano passado e somente R\$80.000.000,00 destinados à atividade, ao fortalecimento do poder de polícia do Sisema. É muito importante que esse acordo seja assinado. Deputado João Vítor, nós estávamos com um mandado de segurança coletivo pronto para ser apresentado à Justiça, eu o mostrei ao secretário, e nós entramos num acordo para que esses recursos fossem revertidos.

Brevemente o assinaremos. Hoje conversei com o presidente da Assembleia, deputado Agostinho, para que essa assinatura ocorra na Assembleia Legislativa, visto que grande parte dos deputados já estava trabalhando para que esse retorno fortalecesse o nosso poder de polícia.

Uma outra coisa que quero dizer, deputado Cleitinho, é que é muito importante que aqui, na Assembleia, façamos justiça. É muito justa essa luta para o reconhecimento e fortalecimento dos profissionais da área da segurança pública. Eu apoio a iniciativa dos parlamentares, mas é imprescindível que nós tenhamos aqui ações relativas a outras categorias que estão sendo esquecidas pelo governo do Estado há muito tempo. Eu vou trazer aqui uma realidade em relação aos servidores do meio ambiente do Estado de Minas Gerais. São apenas 1.500 servidores, mas há quanto tempo esses servidores não têm os seus salários atualizados? Cadê o plano de cargos e salários, o acordo feito com o governo para encerrar a greve, lá no passado, que está para ser aprovado e apresentado nesta Casa? São servidores, deputado Cleitinho, que estão sofrendo.

Todo mundo sabe a deficiência que há hoje no quadro de servidores do Sisema. E é sempre em cima deles, deputado Antonio Carlos Arantes, nosso presidente, que, quando a corda aperta, o Poder Executivo vai: “Não, tem que liberar isso aqui, tem que aprovar isso aqui”. E eles, com toda competência e técnica, vão lá e fazem tudo para que o nosso desenvolvimento aconteça de forma sustentável. Então é necessário que haja reconhecimento. Nós estaremos aqui lutando para que esses servidores também sejam reconhecidos nas suas justas remunerações, que estão defasadas há muito tempo. Muito obrigado, deputado Cleitinho.

O deputado Cleitinho Azevedo\* – Quero começar a minha fala de hoje dando um recado para alguns deputados que ficam falando mal de mim pelas costas: tomem um remédio calmante porque, até o ano que vem, vão ter que me aturar aqui. Depois de 2021 eu não sei mais, porque, no ano que vem, pode acontecer muita coisa na minha vida, mas até 2020 vocês vão ter que me aturar aqui, engolir seco mesmo, porque eu vim aqui para falar a verdade, e o mais importante, respeitando todo mundo. Eu jamais falei mal de alguém aqui, jamais critiquei alguém aqui, eu jamais vim aqui para brigar, pelo contrário, vim aqui para somar e para ajudar. Parece

que aqui a gente tem que fazer igual ao *Moonwalker*, do Michael Jackson, tem que sair dançando de frente, porque, se virar de costas, já saem falando mal da gente. Eu tenho isto: se precisar de falar, eu falo na frente, eu não falo nas costas, não.

Queria começar o meu pronunciamento humildemente chamando a atenção dos três Poderes, tanto do Judiciário quanto do Legislativo e também do Executivo, porque a gente precisa passar por uma reflexão, a gente precisa se conscientizar, a gente precisa dar uma resposta para a sociedade. A gente está falando aí de salário de servidores atrasado; a gente está falando de corte na educação; a gente está falando de pessoas que ficam na fila do SUS esperando uma operação, esperando um tratamento, e nada se resolve, enquanto, nos três Poderes, continua tudo do jeito que está. Existe procurador de Minas Gerais falando que R\$24.000,00 é um “miserê”.

Então, é uma afronta ao povo brasileiro. Eu acho que está na hora de esta Casa, de as outras assembleias, de o Congresso, de a Câmara Municipal começarem a dar resposta para a sociedade. É a mesma coisa de um pai de família ter uma renda mensal de R\$5.000,00 e a renda dele cair para R\$2.500,00. Quando ele tinha aquela renda de R\$5.000,00, todo final de semana, saía com a família para ir ao restaurante, para ir ao *shopping*. A partir do momento em que a renda dele caiu, ele teve que cortar algumas coisas. Isso é igual ao que esta Casa, o Judiciário e o Executivo precisam fazer.

Então estou fazendo a PEC do Miserê, que é para cortar os penduricalhos. Não há nada demais, não estou fazendo afronta a ninguém, não estou aqui para brigar com ninguém, eu estou aqui para lutar pelo povo e estou aqui para ir para cima do sistema mesmo. Não é nada contra ninguém, nada contra nenhum Poder, mas que os Poderes precisam dar bom exemplo agora precisam.

A gente está falando de um país quebrado, a gente está falando de um país que não consegue pagar o professor em dia. Então, como ainda a gente vai ter auxílio-mudança, auxílio-moradia, auxílio-creche para o Judiciário, auxílio-saúde, auxílio-livro de R\$12.000,00 para o Judiciário? O próprio procurador que falou que o salário dele é um miserê de R\$23.000,00... E o tanto que ele não pega de penduricalho? Só em um mês ele recebeu R\$200.000,00. Então está tudo errado neste país. A gente precisa cortar na própria carne.

Então esse projeto, essa PEC é para... Peço humildemente que... Vou até pedir ao meu assessor para passar em cada gabinete para pegar assinatura. Eu acho que para cada deputado que tiver consciência e responsabilidade pela vida pública não vou precisar nem de pedir ao meu assessor para passar lá, não. Eu acho que, se ele tiver consciência de saber que a gente precisa dar bom exemplo, ele mesmo vai pedir para assinar essa PEC aqui, porque esta Casa, todos os poderes precisam começar a dar um bom exemplo. Os poderes precisam entender que a gente tem que usar o poder é com sabedoria e humildade e, principalmente, para servir.

Então eu deixo esse recado aqui para esta Casa. Essa PEC é bem simples, para cortar os penduricalhos, para cortar esses auxílios desnecessários. A gente aqui, como deputado, acaba de entrar no mandato. A gente nem trabalhou e já cai na nossa conta R\$18.000,00. Está errado isso, gente. Um trabalhador, quando ele começa a trabalhar, tem que trabalhar um mês para receber. A gente recebe na hora em que a gente entra, recebe depois no final do mandato. E o pior de tudo: se você se reeleger, você ganha mais uma vez. Está errado. Está errado isso. Então é só uma questão de consciência. Eu vim aqui para esta Casa para poder conscientizar, para poder alertar sobre algumas situações. E a gente precisa dar uma resposta para a sociedade.

Tem que passar a reforma da Previdência, tem que passar isso, mas a maior reforma que tem que passar neste país é uma reforma política e reforma de consciência. Então está aqui o recado. Como eu disse, vou pedir ao meu assessor para ir a cada gabinete. Respeito a opinião de cada um, mas espero que respeitem a minha também. Eu acho que cada deputado que tiver consciência, cada político do Brasil que tiver consciência de que a gente precisa dar bom exemplo vai assinar essa PEC.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)\* – Só para deixar claro também, deputado Cleitinho, que nem todos os deputados recebem R\$18.000,00 nos primeiros dias que chegam aqui. Muitos abriam mão.

O deputado Cleitinho Azevedo\* – Eu também.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte) \*– Eu abri mão, por exemplo.

O deputado Cleitinho Azevedo \* – Eu também.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)\* – Eu não recebi. Não recebi 14º salário, não recebi auxílio-mudança. Eu abri mão no meu mandato, como abri mão a partir do primeiro dia, no meu primeiro mandato como deputado, do auxílio-moradia. Eu moro em Belo Horizonte, eu tenho casa aqui, em Belo Horizonte, e abri mão no primeiro dia do meu mandato. Então essa é uma prática que muitos deputados têm aqui na Casa já há alguns anos. Posso citar o caso do deputado André Quintão, que sei que sempre teve essa postura como deputado votado aqui; o deputado João Leite, o deputado Alencar e outros deputados, como eu também. Eu tenho três mandatos, estou no meu terceiro mandato aqui na Casa, e no meu primeiro dia como deputado, no meu primeiro mandato, muito antes disso inclusive virar tema de debate nacional - não era uma coisa discutida, não era uma pauta de preocupação da sociedade àquela época –, eu abri mão naquele momento do auxílio-moradia, como também abri mão de receber o tal do auxílio-mudança na transição do mandato e também não o recebi.

Eu queria aproveitar a oportunidade de fazer um aparte à fala de V. Exa., deputado, e destacar uma questão muito importante do seu trabalho. Eu tenho visto os vídeos que o senhor têm feito pelo interior de Minas Gerais, vídeos com ambulâncias que estavam sem entregar, vídeos com remédios que estavam sem entregar, vídeos com o Minha Casa Minha Vida que não foi entregue; e vi inclusive o senhor respondendo a algumas pessoas que lhe questionavam sobre esses vídeos. Eu quero dizer que os seus vídeos são muito importantes. Eu quero dizer da importância disso.

Essa é a essência do Parlamento. O senhor despertou em mim, por exemplo, que estou no meu terceiro mandato, a necessidade de me preocupar com isso. Recentemente eu estive em Uberaba e passei à margem da rodovia, no Minha Casa Minha Vida abandonado. Foi-me apresentado, deputado Bosco, que é ali da região por um amigo que dirigia o carro e me apresentava a região. E, no momento em que me apresentou aquilo, eu me lembrei de V. Exa., do seu trabalho. E me chamou a atenção, porque esse é o papel do parlamentar, essa é a essência do Parlamento.

Acho que, quando o senhor traz essa contribuição dessa incisividade, dessa cobrança, desse espírito de arrombar a porta nesse tipo de questão, é extremamente importante para todos nós, porque nós todos nos acostumamos com esse tipo de absurdo, muitas vezes com normalidade. E essa é uma verdade que tem que ser dita. Isso não pode ser tratado com normalidade, porque isso não é normal. É dinheiro público, que está sendo ali perdido, que está sendo desperdiçado, dinheiro de todos os cidadãos dos 853 municípios de Minas Gerais, de todos os contribuintes, de todos os pagadores de impostos do Estado.

Então quero dizer que é uma contribuição muito importante, muito efetiva e que está contribuindo para a mudança de visão de todo o Parlamento a respeito dessa questão.

O senhor presta um grande serviço para o Parlamento de Minas Gerais quando discute essa questão de obras não entregues, de carros em estoque, de remédios no depósito. É uma contribuição muito importante, e o senhor ajuda a mudar a consciência do eleitor, mas também do Parlamento. É uma contribuição que eu queria registrar como sendo muito importante, feita pelo deputado Cleitinho.

O deputado Cleitinho Azevedo\* – João, muito obrigado. Quero deixar bem claro, gente, que eu respeito cada um que usa. Não tenho nada contra quem usa, não. Só que, como o João disse, há 20 anos, quando a população não questionava isso... É como eu falei da família, João. Aquela família que está com recurso maior, quando o recurso dela diminui, alguma coisa tem que ser cortada da própria carne. Então acho que a gente tem que dar bom exemplo aqui também, para poder cortar na própria carne. Mas quero deixar bem claro que não estou aqui generalizando para quem usa ou deixa de usar, não.

Quando eu entrei, no meu primeiro dia de mandato, eu botei na minha cabeça e na minha consciência que não deveria usar, que o salário que eu ganho hoje daria para pagar um aluguel aqui para mim. E esse auxílio-mudança de que a gente fala, na minha humilde opinião, é errado. Porque um trabalhador, para receber o salário dele, recebe quando trabalha. E já cai na nossa conta um valor sendo que a gente nem trabalhou? Mas eu deixo bem claro que respeito quem usa. Eu só não uso; só que não adianta nada, João,

eu não usar e não propor nada aqui. Alguma coisa eu tenho que propor. Não adianta eu só falar que não vou usar e não tomar nenhuma atitude.

Aqui eu tenho respeito por vários parlamentares, você é um deles. O Alencar é um que me ensina, todo dia, um pouquinho de política aqui, ensina como é que tem que ser um parlamento. Ele é um que já levantou essa bandeira desde quando era vereador, e eu acho que a gente tem que continuar levantando essa bandeira. Eu posso até não conseguir, mas acho que tenho que me esforçar, tenho que tentar. E fico muito feliz de ouvir de V. Exa. que nunca usou, que o primeiro que vai assinar será você. Eu vou descer aí agora para você assinar. Você e o Alencar também, meu paizinho querido. Eu vou aí lhe pedir bênção, viu, Alencar? Obrigado, gente.

\* – Sem revisão do orador.



## **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

### **TERMO DE CONTRATO Nº 59/2019\***

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: C&C Empreendimentos Comerciais e Serviços Especializados em Geral Eireli. Objeto: prestação de serviços de jardinagem nas áreas verdes da Praça Carlos Chagas. Vigência: 12 meses a partir da data da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 17/2019. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2.009.3.3.90(10.1).

\* – Fica sem efeito a publicação da matéria em epígrafe, na edição de 30/8/2019, na pág. 62.

### **TERMO DE CONTRATO Nº 65/2019**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Via das Flores Ltda. – ME. Objeto: montagem e fornecimento, sob demanda, de arranjos de flores e ornamentos para eventos, conforme quantidades e especificações previstas no anexo único. Vigência: 12 meses, a partir da data de assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 47/2019. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

### **TERMO DE CONTRATO Nº 68/2019**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Aline Veloso de Matos. Objeto: prestação de serviços de instrutoria de campo, visando à implantação, pelo Projeto Cidadania Ribeirinha, de projetos comunitários de educação ambiental – PCEAs – voltados para resíduos sólidos nas comunidades de Bom Jardim da Prata, pertencente ao Município de São Francisco, e de Riacho da Cruz e São Joaquim, pertencentes ao Município de Januária. Vigência: a partir da data da assinatura, com termo final em 25/12/2019. Licitação: Dispensável nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701.2009.3390.24.1.

### **TERMO DE ADITAMENTO Nº 88/2019**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Artebrilho Multiserviços Ltda. Objeto: prestação de serviços de condução de veículos automotores. Objeto do aditamento: primeira prorrogação do contrato pelo período de 12 meses. Vigência: 12 meses, de 3/12/2019 a 2/12/2020. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2009.3.3.90.37 (10.1).

**ERRATAS****ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 15/7/2019**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 20/7/2019, na pág. 75, onde se lê:

“É recebido pela presidência para posterior apreciação o Requerimento nº 3.353/2019”, leia-se:

“É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 3.353/2019”.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 835/2019****Comissão de Esporte, Lazer e Juventude**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 5/9/2019, na pág. 59, no “Relatório”, onde se lê:

“De autoria do deputado Inácio Franco”, leia-se:

“De autoria do deputado Antonio Carlos Arantes”.

**TERMO DE ADITAMENTO Nº 61/2019**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 18/9/2019, na pág. 64, no título, onde se lê:

“TERMO DE ADITAMENTO Nº 61”, leia-se:

“TERMOS DE ADITAMENTO Nºs 61, 63 e 64/2019”.

**ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 19/9/2019**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 19/9/2019, na pág. 42, no título, onde se lê:

“5ª REUNIÃO ORDINÁRIA”, leia-se:

“85ª REUNIÃO ORDINÁRIA”.